

Sumário

Número de notícias: 50 | Número de veículos: 44

JORNAL DIÁRIO DO ENTORNO - GO - GOVERNO DE GOIÁS
ANFIP

"Temos de ter visão de país, de desenvolvimento regional", diz Caiado ao contestar reforma tributária no senado 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária pode ser ambiental - OPINIÃO JURÍDICA 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Saneamento básico na reforma tributária 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova R\$ 27 bi de ICMS para compensar estados e municípios 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas dizem que desafio fiscal é grande e freia otimismo com juros 11

O GLOBO ONLINE - RJ - PODCAST
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo Giannetti diz que o mundo deve pagar pela Amazônia: 'Quer a floresta de pé? Vamos pôr a mão no bolso' 12

PORTAL BATENDO BOLA E AMIGOS - NOTÍCIAS
ANFIP

"Temos de ter visão de país, de desenvolvimento regional", diz Caiado ao contestar Reforma Tributária no Senado 14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha quer concluir votação de reforma tributária até o fim do ano 15

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Padilha diz que repasse a municípios vem para compensar 'boca de urna tributária' de Bolsonaro 16

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial 17

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Informalidade e tributos emperram produtividade na construção civil 18

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil fica para trás em nova geografia da produção, mas matriz energética limpa pode mudar cenário 20

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária tem calendário de tramitação.....	22
JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Edvaldo entrega a relator propostas de aprimoramento da Reforma Tributária.....	23
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Ajuste político na reforma tributária.....	25
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL SEGURIDADE SOCIAL	
Prefeitos pedem "socorro" para superar queda de receita.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO REFORMA TRIBUTÁRIA	
As transições e a guerra fiscal na reforma (Artigo).....	28
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Informalidade e tributos emperram produtividade na construção civil.....	30
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad fala em pressão por gastos 'para todo lado' e diz mapear riscos.....	32
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial.....	33
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator da reforma tributária estuda simplificar perfil do Conselho Federativo.....	34
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: relator prevê análise mais longa na CCJ, mas mantém prazo de votação em plenário para outubro.....	35
PORTAL UOL - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Advogado quer pagar 12% de IVA no Brasil, mas paga 21% em Portugal, diz Rodrigo Maia.....	36
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator da reforma tributária adia apresentação de parecer para 4 de outubro na CCJ.....	37
FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
MP que tributa fundos de super-ricos deve ser incorporada ao PL das offshores.....	38
O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Eduardo Braga divulga calendário de votação da reforma tributária e prevê votação em plenário dia 18 de outubro.....	39

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Armistício fiscal e o novo modelo de desenvolvimento 40

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Rendimentos de FIIs e Fiagros serão taxados? Entenda proposta do governo 42

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso reduziu espaço para cashback na reforma tributária, diz Appy 44

O ESTADO DE S. PAULO - MOBILIDADE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode reduzir preço de passagens interestaduais 46

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2024 está otimista demais, diz novo diretor da IFI 47

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz que adoção de tributação isonômica já teria efeitos positivos na distribuição de renda 49

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet diz que equipe econômica está segura sobre meta de déficit, mas destaca papel do Congresso 50

PORTAL UOL - CARROS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: por que ficará mais caro manter ou consertar seu carro 51

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não tem chance a tese de regionalizar a governança do Conselho Federativo" 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Uma transição de 50 anos não é razoável" 54

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas vão à Justiça para acelerar liberação de créditos de ICMS 55

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária na Câmara descarta contaminação da discussão por tributação de fundos 57

FOLHA ONLINE - SP - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Especialista vê risco de que tributos gêmeos da Reforma Tributária fiquem cada um com uma cara 58

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Avaliação do gastos também vai visar déficit zero, diz secretário 60

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara e Senado travam nova disputa por protagonismo 63

PORTAL UOL - ACHADOS DA BOLSA
SEGURIDADE SOCIAL

Como funcionam os fundos de super-ricos e por que estão na mira do governo 65

PORTAL UOL - CARROS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Montadoras em guerra: incentivo do governo racha associação de fabricantes 67

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Folha de pagamento de igrejas, partidos e sindicatos poderão ter alívio com Reforma Tributária
..... 69

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária fala em "meio ambiente", mas desonera agrotóxico 70

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto sobre ICMS de combustíveis na Câmara é retrocesso, dizem distribuidoras 72

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil pode ganhar US\$ 8 bilhões em novas exportações, diz estudo 73

REVISTA ISTO É DINHEIRO - ENTRETENIMENTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Reindustrializar o País precisa ser uma prioridade do governo" 74

FOLHA ONLINE - SP - LIVROS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Depois de Piketty' aponta lacunas, mas é um elogio à relevância do economista 77

FOLHA ONLINE - SP - MARCOS MENDES
SEGURIDADE SOCIAL

Crise fiscal nos municípios, de novo 79

"Temos de ter visão de país, de desenvolvimento regional", diz caiado ao contestar reforma tributária no senado

Convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal a participar de audiência pública sobre a **Reforma Tributária** nesta quarta-feira (13/09), o governador Ronaldo Caiado alertou que a atual Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2019) gera enormes prejuízos para estados e municípios. "Não podemos fatar matéria de tamanha abrangência para atender alguns setores. Temos de ter uma visão de país, de desenvolvimento regional", frisou o chefe do Executivo goiano.

Durante discurso, o governador ressaltou que todo trabalho de Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães, que foram corajosos em contemplar o Centro- Oeste, Norte e Nordeste do país com desenvolvimento e criação de fundos constitucionais, tem sido deixado para trás. "Esqueceram a visão desses homens. Essa Reforma revoga tudo que eles fizeram. Ela inverte o eixo de desenvolvimento e concentra-se sobre Sul e Sudeste e esquece o desenvolvimento regional", afirmou.

Caiado apresentou dados do Instituto Mauro Borges (IMB) ligado a Secretaria- Geral de Governo (SGG) que mostram que os setores que mais geram empregos no país, como educação, serviços, comércio, transportes, entre outros - responsáveis por 73% dos postos de trabalho na iniciativa privada - serão os mais afetados com a nova carga tributária. Com reajustes de 90%, 84%, 75% e 69%, respectivamente.

"Isso não é achismo, é cálculo. É dado, com base no que foi aprovado [na Câmara dos Deputados]", justificou.

As falas de Caiado foram corroboradas pelos oradores seguintes que mostraram preocupação com a PEC. "Precisamos ser cautelosos", afirmou Lúcio Bastos, representante do Instituto InvestBrasil, ao citar indefinições no atual texto sobre alíquotas, regras do período de transição e a ausência de sistemática para evitar aumento da carga tributária. Já o conselho federativo foi criticado por Gilberto Pereira, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal. "Vemos isso como um quarto poder, podendo criar lei, retirando poderes dos Estados. É um

perigo contra o pacto federativo e a autonomia dos entes", acrescentou.

"O modelo que queremos não pode ser pensado como um Cavalo de Tróia, que traga embutido aumento de carga e em determinado ponto uma limitação dos entes federativos conforme trazido pelo Caiado", considerou o senador Efraim Morais Filho (PB). "Sou contra a **reforma tributária**, não tenho dúvida em falar isso", destacou o senador Wilder Morais que citou que o atual texto vai provocar a desindustrialização de estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste a partir de 2032, quando acabam os incentivos fiscais.

Presidente da CAE, o senador Vanderlan Cardoso disse que a reforma é necessária, mas que vários pontos da proposta geram preocupação e precisam de mudança. "O intuito ao criar o grupo de trabalho não é afrontar ninguém, mas temos de debater. Confesso que a cada audiência que fazemos, ficamos mais preocupados. Precisamos debater e procurar soluções", afirmou o parlamentar.

No início de julho, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 45/2019, que agora está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

A votação do parecer é esperada para o dia 4 de outubro, para posteriormente ser apreciada no plenário da Casa

Governador Ronaldo Caiado é ouvido durante audiência pública no Senado Federal e alerta para prejuízos de estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste com atual texto da **reforma tributária**

Site: <https://diariodoentorno.com.br/jornal-diario-do-entorno-edicao-303/>

A reforma tributária pode ser ambiental - OPINIÃO JURÍDICA

Tatiana Falcão especialista global em imposto e meio ambiente na UNDP

O momento de **reforma tributária** de indiretos requer a reconsideração dos objetivos perseguidos por meio dessa proposta. O Brasil é parte do Tratado de Paris e signatário das metas de desenvolvimento sustentável da ONU. A reforma pode incorporar aspectos de cunho ambiental para cumprir com as metas de mitigação internacional.

A introdução de um tributo sobre carbono dentro do arcabouço do imposto seletivo equaliza os padrões de consumo usando o carbono (ou a capacidade de poluir) como parâmetro no estabelecimento de preços sobre combustíveis fósseis e outras fontes de energia.

Ao internalizar a externalidade equivalente de carbono por meio de um imposto, cada tonelada adicional de carbono em qualquer que seja a fonte energética, mas principalmente nos combustíveis fósseis, é contabilizada no preço final de comercialização do produto. As fontes de energia limpas e as poluentes, passam assim a poder competir em condições de paridade, num ambiente onde o produto com menor teor de carbono recebe o preço mais baixo. Os consumidores que são sensíveis à diferença de preços procurarão, portanto, consumir mais combustíveis e produtos com baixo teor de carbono, fomentando o processo de transição verde.

Um imposto sobre carbono pode e deve ser considerado dentro do contexto de **reforma tributária** sobre indiretos, já que o tributo cumpre o papel de equalizar a base tributária sobre a qual o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) incidirá, fazendo dessa base uma base neutra do ponto de vista fiscal e ambiental.

Isso porque a não imposição de um imposto sobre carbono em um primeiro momento, privilegia os produtos mais poluentes, detentores do mercado. O imposto sobre carbono, portanto, cumpre a função também de erradicar a vantagem competitiva inerente aos combustíveis fósseis (e aos meios de produção que utilizam esses combustíveis), dando ensejo à entrada de novos produtos e ao desenvolvimento de novas tecnologias. O estímulo para tanto, é o preço. Por isso, é importante que a alíquota seja significativa o suficiente para estimular esta transição, chamada

comumente de transição verde.

Essa é uma medida importante também frente a proposta da União Europeia para introdução de um imposto fronteiro sobre carbono (CBAM), já a partir de outubro de 2023. A expectativa é de que tal imposto incida a alíquota de 100 euros por tonelada de carbono equivalente sobre seletos produtos, como cimento, aço e polpa de papel, entre outros.

Não fossem esses motivos suficientes, cabe mencionar que a introdução de um preço explícito sobre carbono (sendo o imposto sobre carbono o instrumento de mais fácil e célere implementação) é atualmente condição essencial para recebimento de novas linhas de crédito advindas de organismos internacionais, como bancos de fomento de desenvolvimento, FMI e Banco Mundial.

Cumprido salientar que o texto ora proposto, conforme publicado após as deliberações do Grupo de Trabalho da PEC nº 45/19 na Câmara dos Deputados, já contempla, a grosso modo, um imposto sobre carbono. Ocorre que o texto atual encontra-se incompleto. O atual artigo 153, VIII da PEC 45 prevê que compete à União instituir **impostos** sobre a "produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei".

Nessa frase encontram-se duas omissões e uma redundância.

A primeira omissão diz respeito à ausência da palavra "extração" no começo da frase.

Isso porque as melhores práticas na introdução de um imposto sobre carbono requerem sua imposição na fase upstream, ou seja, no momento da extração ou importação do produto fóssil em território nacional. A ausência de referência a esse fato gerador dá margem a futuros questionamentos por parte da indústria petrolífera, que é um player importante no contexto econômico brasileiro.

A segunda omissão diz respeito a base tributária. Todos os **impostos** suscitados nessa alínea são **impostos** que incidem em base específica, ou seja, com base em uma unidade de medida (volume ou peso) correspondente de produto.

Deveras, faz-se desnecessária a aplicação de um imposto na base ad valorem após a reforma, já que o imposto ad valorem incidiria na mesma base do IBS e, por isso, importaria em dupla tributação da mesma base imponible.

Já a redundância vem da previsão de tributação de bens e serviços, já que apenas bens tendem a ser alcançados por qualquer um desses **impostos**. A inclusão de serviços é letra morta.

Finalmente, o novo artigo prevê que o imposto seletivo, incluído o sobre carbono, não incidirá sobre as exportações.

Disso conclui-se que haverá um crédito quando da exportação de produtos ou combustíveis onerados pelo imposto sobre carbono. Para a União Europeia será como se o imposto jamais tivesse incidido em território nacional e, por isso, caberá nova retenção na fronteira.

Há ganhos (de saúde, transição verde, investimento em energias limpas) que serão concretizados mesmo com a redação atual, já que o imposto incidirá no âmbito nacional. No entanto, haverá certamente uma perda de receita equivalente ao valor do imposto incidente no país de destino. Por ora, o impacto é pequeno, pouco significativo.

No entanto, a expectativa é de aumento significativo à medida que outros países passem a adotar medidas similares. Uma **reforma tributária** faz-se hoje, mas com olho no futuro.

Tatiana Falcão especialista global em imposto e meio ambiente na UNDP

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>

Saneamento básico na reforma tributária

Fio da Meada

valor.globo.com/legislacao

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187660>

Câmara aprova R\$ 27 bi de ICMS para compensar estados e municípios

VICTORIA ABEL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 349 votos a 68, uma compensação de R\$ 27 bilhões do Tesouro a estados e municípios, por conta de desonerações dos combustíveis promovidas pelo governo Jair Bolsonaro no âmbito do ICMS. O Projeto de Lei regulamentou uma decisão já proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e ainda precisará passar por votação no Senado, antes de ir à sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto trouxe uma antecipação de pagamento de parte desse montante para este ano, no valor aproximado de R\$ 10 bilhões, referente a 2024. Os recursos serão pagos aos entes federativos, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas.

As perdas de arrecadação com ICMS ocorreram no ano passado, com o estabelecimento de um teto de 17% na alíquota desse imposto sobre combustíveis. Como o ICMS é um tributo estadual, os estados alegaram que houve perdas bilionárias de receitas e que tiveram a autonomia invadida pelo Congresso Nacional. Por isso, recorreram à Suprema Corte para serem compensados.

Já no governo Lula, um acordo foi feito entre União e estados, homologado pelo Supremo em junho, prevendo pagamento total de R\$ 27,5 bilhões. A quitação poderia ser feita em até três anos, mas a redução do prazo ocorreu após apelo dos estados e, principalmente, dos municípios.

REPARAÇÃO A FUNDOS O projeto também trouxe a compensação de perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) dos últimos três meses, no valor de R\$ 2,3 bilhões. A matéria coloca uma cláusula que garante mais compensações em dezembro, caso haja novas perdas até o fim do ano.

"Ainda, ao término de 2023, a União complementarará os recursos do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) caso se constate redução real do repasse quando considerado todo o exercício, nos termos de ato do Ministro da Fazenda", diz o relatório.

O relator do PL, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), acrescentou no texto uma recomposição de prejuízos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O valor

será de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados), Carlos Eduardo Xavier, disse que o pedido foi do colegiado e do Fórum de Governadores.

-Os estados que têm uma dependência maior do FPE estão em situação muito ruim com as quedas sucessivas que aconteceram recentemente. E a antecipação dos valores da compensação da Lei Complementar 194 (que limitou a cobrança de ICMS sobre combustíveis) referente a 2024 para 2023 atende também os demais estados. É ajuda muito importante para o fechamento do ano - disse Xavier.

O projeto também obriga os estados a comprovar a transferência dos 25% de ICMS a que os municípios têm direito. O pedido foi feito por prefeitos que alegam que os governadores não estão repassando a totalidade dos recursos.

"Os estados comprovarão mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a transferência aos Municípios", diz o texto.

-Se algum estado descumprir a lei, o Tesouro fará o bloqueio de recursos estaduais - afirmou Zeca Dirceu.

O relator ainda tirou do projeto de lei um trecho que abria brecha para os estados aumentarem a cobrança do ICMS. O artigo permitia que a cobrança mudasse de um valor fixo sobre o litro de combustível (ad rem) para um valor variável aplicado sobre o preço médio dos combustíveis (tributação ad valorem).

A redução do ICMS para os combustíveis foi uma das prioridades do então presidente Bolsonaro (PL) no ano passado.

Havia casos de alíquotas de 34% sobre os setores de combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo.

Com o limite de 17%, a expectativa era que isso desse um alívio na **inflação** às vésperas da eleição e puxasse votos.

PROJETOS NO SENADO Além da compensação de ICMS, estão com os senadores outros cinco projetos

de interesse da área econômica. O principal é a **reforma tributária**, cujo texto deve ser apresentado em outubro. Há ainda o projeto de lei da repatriação de bens no exterior, que deve ser votado até o dia 26; o Desenrola, que também limita os juros do cartão de crédito; a regulamentação das apostas on-line e a desoneração da folha de pagamento.

PL da repatriação de bens: relator quer multa de 140%

O projeto que prevê a abertura de novo período para repatriação de bens e recursos deve ser votado dia 26 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O relator Renan Calheiros (MDBAL) vai prever multa de 140% a quem decidir regularizar bens no exterior, e alíquota de 15% de imposto.

A Fazenda não passou previsão de ganho com a proposta, mas Calheiros estima cerca de R\$ 10 bilhões.

- Depende do número de ativos no exterior. Pode passar de R\$ 10 bilhões.

A multa proposta pela Fazenda era de 150%, mas estamos dando esse estímulo, com 140%.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Economistas dizem que desafio fiscal é grande e freia otimismo com juros

EDUARDO LAGUNA

As dúvidas sobre a eficácia da estratégia do governo para controlar as contas públicas e um cenário inflacionário ainda desafiador são pontos que tornam difícil projetar um horizonte para a trajetória das taxas de juros no País. Esse foi o cenário em torno do qual se deu o debate, ontem, durante o 3.º Seminário de Análise conjuntural promovido pela FGV em parceria com o Estadão.

Com a **inflação** ainda fora da meta central nas previsões de mercado e o combate a ela longe de terminar, o chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), José Júlio Senna, disse considerar difícil o ciclo de redução da Selic terminar com a taxa abaixo de 10%.

Ele observou que os questionamentos sobre a capacidade de o governo de equilibrar receitas e despesas mantêm os juros dos títulos com vencimento mais longo na média histórica, embora o risco país esteja abaixo da média. "Isso significa que os participantes do mercado estão exigindo o que sempre exigiram. Não é uma situação confortável e enquanto houver incertezas sobre as contas públicas a coisa pode se agravar", disse o economista, mostrando-se cético em relação a uma Selic em um dígito ao fim do atual ciclo de flexibilização monetária.

"FALSA SOLUÇÃO". Pesquisador associado do Ibre/FGV, Armando Castelar considerou que a opção do governo por buscar o equilíbrio das contas públicas por meio de medidas de aumento de arrecadação representa uma "falsa solução", com impacto negativo no crescimento.

"A forma como estão sendo resolvidas questões de natureza política, seja a aprovação da **reforma tributária**, seja a questão fiscal via aumento de carga tributária, é bastante ruim do ponto de vista de crescimento do País", disse, observando que o aumento de carga de **impostos** significa menos produtividade, mais informalidade e menor crescimento. "É uma falsa solução", disse Castelar.

Coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV, Silvia Matos disse que não consegue ver no horizonte a volta dos superávits primários, bem como a redução

dos juros de rolagem da dívida. "Todo o processo de redução da dívida depende da recuperação do superávit primário e de juros de rolagem da dívida mais baixos. Não conseguimos ver esses dois componentes no radar. Basicamente, a dívida vai subir", comentou a economista.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Eduardo Giannetti diz que o mundo deve pagar pela Amazônia: 'Quer a floresta de pé? Vamos pôr a mão no bolso'

O economista Eduardo Giannetti da Fonseca acredita que o governo Lula ainda não entendeu que o mundo mudou e que o cenário dos combustíveis fósseis já não é o mesmo desde os seus primeiros mandatos, quando posava com as mãos sujas de petróleo. Em entrevista a Vera Magalhães e Carlos Andreazza no podcast 2 + 1 - uma parceria CBN e jornal O Globo -, o professor e membro da Academia Brasileira de Letras reforçou a urgência para 'colocar o Brasil do lado certo das mudanças' e de se, enfim, cobrar outros países pela preservação da Amazônia.

'Floresta de pé é um ativo de impacto planetário. Como todo ativo, o Brasil pode receber do mundo um pagamento que esse serviço presta para o planeta. Nós temos o direito de cobrar do mundo pela preservação e pela manutenção do serviço ambiental que a floresta presta', afirma. 'O mundo quer a floresta de pé? Reconhece a importância que tem para nós? Então, vamos pôr a mão no bolso.'

Um dos primeiros pensadores brasileiros a trazer a questão ambiental para o debate econômico, Giannetti foi o responsável pelos planos econômicos das campanhas presidenciais de Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, nos anos 2010, 2014 e 2018. É justamente no campo de aproveitar recursos nacionais que o economista encontra a possibilidade de crescimento brasileiro, entre economia de baixo carbono, tecnologia de hidrogênio verde e espaço para produção de alimentos.

'Essas mudanças mais recentes no âmbito da economia global são potencialmente muito benéficas para o Brasil', reforça. 'Os elementos estão dados, se nós conseguirmos arrumar minimamente nossa casa e mostrar um ambiente de negócios capaz de atrair recursos e dar a eles um horizonte de retorno minimamente seguro... A bola está pingando na área para o Brasil chutar.'

Sob um viés 'cautelosamente otimista' com os primeiros meses de governo Lula, Giannetti abordou, assim, quais são as percepções sobre a nova gestão petista:

'Economia é muito um jogo de expectativas. O que as

pessoas acreditam sobre o futuro acaba se tornando o futuro. É uma espécie de meteorologia em que a previsão do tempo afeta o próprio tempo', define. 'Acho que o governo Lula, nesse início, ganhou a batalha das expectativas: o real se apreciou, a bolsa está num patamar bastante razoável, o Risco Brasil caiu, a **inflação** está caindo, crescimento surpreendeu para o bem.'

O perigo, segundo Giannetti, porém, não está em alguns anos de déficit primário moderado, mas se o crescimento da dívida pública seguir em uma trajetória que o mercado financeiro considere 'explosiva' e os juros só aumentem exponencialmente.

'Gostaria de ver um arcabouço fiscal onde a questão do gasto público também fosse contemplada. Acho que tem espaço, tem muita coisa para fazer, mas considero que o arcabouço, tal qual foi apresentado por Fernando Haddad, conseguiu um equilíbrio que não é trivial entre manter as propostas de campanha e ao mesmo tempo dar ao mercado financeiro o que ele precisa, que é um horizonte no qual se percebe que, ao longo do tempo, a dívida pública deixe de continuar crescendo como a proporção do **PIB**', explica.

A condução do Ministério da Fazenda por Haddad vem logo após a gestão do então Ministério da Economia, que foi comandado pelo ex-ministro Paulo Guedes durante os quatro anos do governo Bolsonaro. Apesar de reconhecer as circunstâncias 'muito fora da realidade', como pandemia e Guerra na Ucrânia, Giannetti enfatiza que foi o fato de não ter sido apresentada **reforma tributária** alguma em quatro anos que o 'desaponta profundamente', além do 'populismo fiscal desastroso'.

'Outro dia, por coincidência, encontrei Paulo Guedes numa fila de embarque no Aeroporto Santo Dumont. Ele passou 20 minutos tentando me convencer de que tudo de bom que está acontecendo agora, na verdade, foi o governo e equipe dele que plantou. Não contestei, embora não acredite nisso, mas uma coisa eu disse: 'Que bom, Paulo, que pelo menos você reconhece que coisas boas estão acontecendo agora', lembra.

Porém, enquanto os rumos da economia surpreendem Giannetti, outros setores são vistos com ressalvas. Além de críticas à política externa de Lula, como em declarações sobre Putin que mostrariam que o presidente brasileiro está 'ouvindo as pessoas erradas', o economista fez duras críticas a uma área supostamente valorizada pelo governo: a educação.

'Lamento, não estou vendo no governo Lula a ênfase à prioridade que uma melhoria substantiva do ensino fundamental demanda e exige do Brasil', diz. 'O futuro do Brasil não vai ser resolvido em reunião do Copom, em petróleo da Amazônia, em ministros e gabinetes. Vai ser resolvido nas milhares de salas de aula espalhadas pelo nosso país. Não estou vendo a seriedade que esse assunto mereceria ter num governo com o perfil que o governo Lula imagina ter.'

Para o economista, as críticas ao governo vão para além do Executivo. Estendendo análise à Câmara dos Deputados e ao Senado, Giannetti usa uma referência à biologia para definir o Executivo e o Legislativo, comandado desde a redemocratização pelo Centrão. Na ideia de 'biologia política', o governo federal seria um hospedeiro, e os legisladores, parasitas que foram se 'assenhorando' do poder e 'submetem o Executivo a constante chantagem'.

'No momento em que o hospedeiro fraqueja e começa a ficar vulnerável, o parasita se alvoroça e começa a avançar. Quando o hospedeiro, no final do mandato já está completamente enfraquecido, anêmico, o parasita está dando as cartas, está deitando e rolando em cima do hospedeiro', define.

Além do Legislativo, o Judiciário apresenta, segundo Giannetti, uma série de problemas quanto ao Judiciário, como quanto às sentenças de 'excessos aparentes que redundam em retrocessos': 'Como foi o caso da Lava-jato: aplicaram sentenças monumentais para figuras notoriamente corruptas e hoje estão todos soltos. (...) Preferiria [sentenças] menos heroicas, e mais factíveis.'

Em um momento de diminuição da tensão entre Executivo e Judiciário, após período de um 'estado de guerra permanente' e 'desconfiança mútua', Giannetti critica a atual superexposição de ministros:

'Costumava dizer que quando economista e advogado começam a aparecer demais é porque tem alguma coisa errada, e vou incluir agora ministros do Supremo Tribunal Federal. Não é para aparecer todo tempo dando entrevista, dando showzinho, fazendo festas caríssimas fora do Brasil para convidados brasileiros, acho isso uma coisa escandalosa, errada. Gostaria de ver um Supremo mais contido.'

Site:

<https://oglobo.globo.com/podcast/noticia/2023/09/14/educacao-giannetti-diz-que-o-mundo-deve-pagar-pela-amazonia-quer-a-floresta-de-pe-vamos-por-a-mao-no-bolso.ghtml>

"Temos de ter visão de país, de desenvolvimento regional", diz Caiado ao contestar Reforma Tributária no Senado

Convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal a participar de audiência pública sobre a **Reforma Tributária** nesta quarta-feira (13/09), o governador Ronaldo Caiado alertou que a atual Proposta de Emenda à Constituição (PEC 45/2019) gera enormes prejuízos para estados e municípios. "Não podemos fatar matéria de tamanha abrangência para atender alguns setores. Temos de ter uma visão de país, de desenvolvimento regional", frisou o chefe do Executivo goiano.

Durante discurso, o governador ressaltou que todo trabalho de Juscelino Kubitschek e Ulysses Guimarães, que foram corajosos em contemplar o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país com desenvolvimento e criação de fundos constitucionais, tem sido deixado para trás. "Esqueceram a visão desses homens. Essa Reforma revoga tudo que eles fizeram. Ela inverte o eixo de desenvolvimento e concentra-se sobre Sul e Sudeste e esquece o desenvolvimento regional", afirmou.

Caiado apresentou dados do Instituto Mauro Borges (IMB) ligado a Secretaria-Geral de Governo (SGG) que mostram que os setores que mais geram empregos no país, como educação, serviços, comércio, transportes, entre outros - responsáveis por 73% dos postos de trabalho na iniciativa privada - serão os mais afetados com a nova carga tributária. Com reajustes de 90%, 84%, 75% e 69%, respectivamente. "Isso não é achismo, é cálculo. É dado, com base no que foi aprovado [na Câmara dos Deputados]", justificou.

As falas de Caiado foram corroboradas pelos oradores seguintes que mostraram preocupação com a PEC. "Precisamos ser cautelosos", afirmou Lúcio Bastos, representante do Instituto InvestBrasil, ao citar indefinições no atual texto sobre alíquotas, regras do período de transição e a ausência de sistemática para evitar aumento da carga tributária. Já o conselho federativo foi criticado por Gilberto Pereira, presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal. "Vemos isso como um quarto poder, podendo criar lei, retirando poderes dos Estados. É um perigo contra o pacto federativo e a autonomia dos entes", acrescentou.

"O modelo que queremos não pode ser pensado como um Cavalo de Tróia, que traga embutido aumento de carga e em determinado ponto uma limitação dos entes federativos conforme trazido pelo Caiado", considerou o senador Efraim Morais Filho (PB). "Sou contra a **reforma tributária**, não tenho dúvida em falar isso", destacou o senador Wilder Morais que citou que o atual texto vai provocar a desindustrialização de estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste a partir de 2032, quando acabam os incentivos fiscais.

Presidente da CAE, o senador Vanderlan Cardoso disse que a reforma é necessária, mas que vários pontos da proposta geram preocupação e precisam de mudança. "O intuito ao criar o grupo de trabalho não é afrontar ninguém, mas temos de debater. Confesso que a cada audiência que fazemos, ficamos mais preocupados. Precisamos debater e procurar soluções", afirmou o parlamentar.

No início de julho, a Câmara dos Deputados aprovou a PEC 45/2019, que agora está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A votação do parecer é esperada para o dia 4 de outubro, para posteriormente ser apreciada no plenário da Casa.

Fotos: Cristiano Borges

Secretaria de Comunicação - Governo de Goiás

Site: <https://batendobolaeamigos.com.br/temos-de-ter-visao-de-pais-de-desenvolvimento-regional-diz-caiado-ao-contestar-reforma-tributaria-no-senado/>

Padilha quer concluir votação de reforma tributária até o fim do ano

Ândrea Malcher

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, detalhou, nesta quinta-feira (14/9), as pautas prioritárias do governo no Congresso. Padilha afirmou que todo o debate da **reforma tributária** "está caminhando muito bem no Senado" e que quer concluir a questão até o fim do ano.

"Então, reafirmar o compromisso de que a gente possa concluir a votação da **reforma tributária** até o final do mês de outubro, começo de novembro. Para que a gente possa concluir a votação este ano no Congresso como um todo", disse o ministro, que destacou que é possível que sejam feitos ajustes no texto, o que devolveria a matéria à Câmara.

Outro é o projeto de lei que já se encontra na Comissão de Educação, e foi aprovado pelos deputados na última semana, que trata da retomada de obras em escolas e creches. "Na Câmara, a gente (governo) acrescentou saúde e cultura e é um projeto que vai acelerar investimentos para retomada de obras.

A proposta que trata do mercado de crédito de carbono também foi elencada por Padilha como prioridade para o governo neste segundo semestre. "O governo tomou a iniciativa de ao invés de mandar um projeto para o Congresso, (resolvemos) respeitar o trabalho já feito por Câmara e Senado".

O ministro confirmou, ainda, que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), irá compor a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que viajará a Nova York, nos Estados Unidos, para participar da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no próximo dia 19 de setembro. "Nós reforçamos o convite para um conjunto de senadores e deputados (...) e vai ser um momento muito forte para o Brasil".

"Vamos ter nessa missão do presidente Lula a Assembleia Geral da ONU, temos um encontro importante entre empresários do Brasil e dos Estados Unidos, organizado pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), onde vamos dar um passo além nessa retomada de crescimento econômico e na parceria de investimento comum entre Brasil e Estados Unidos", declarou.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/09/5125359-padilha-quer-concluir-votacao-de-reforma-tributaria-ate-o-fim-do-ano.html>

Padilha diz que repasse a municípios vem para compensar 'boca de urna tributária' de Bolsonaro

Thaísa Oliveira

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta quinta (14) que a compensação e a antecipação de repasses a municípios serão necessárias para desmontar a "bomba fiscal e federativa" deixada por Jair Bolsonaro (PL) durante as eleições.

As duas medidas foram incorporadas ao projeto de lei que prevê a compensação das unidades da federação em R\$ 27 bilhões em razão das perdas de ICMS. A expectativa é que o texto -relatado pelo líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR),- seja aprovado nesta quinta pela Câmara.

"[O governo Bolsonaro], no esforço de fazer uma verdadeira boca de urna tributária e fiscal, jogou tudo isso nas costas de prefeitos e governadores. Nós estamos consertando e desmontando essa bomba fiscal e federativa deixada pelo governo anterior. E estamos apoiando o elo mais fraco, que são os municípios", disse.

O governo Lula (PT) anunciou que pretende antecipar R\$ 10 bilhões para estados e municípios pela diminuição das receitas de ICMS, causada pela redução da incidência do tributo sobre combustíveis no ano passado, sob Bolsonaro.

O governo também pretende compensar as prefeituras em R\$ 2,3 bilhões pela queda nos repasses do chamado Fundo de Participação dos Municípios nos últimos três meses.

O ministro comemorou a aprovação do projeto de lei das apostas esportivas online, que deve dar ao governo federal R\$ 1,6 bilhão em arrecadação no ano que vem. O texto, aprovado nesta quinta pela Câmara, será analisado agora pelo Senado.

Padilha minimizou a mudança no percentual da arrecadação de loterias para a rubrica social. A MP enviada pelo governo no primeiro semestre previa o repasse de 10%, mas o número caiu para 2% no relatório do deputado federal Adolfo Viana (PSDB-BA).

A nova distribuição da verba contempla os dois ministérios que recentemente foram usados para abrigar o centrão - Esporte e Turismo. O ministro disse que a regulação das bets vai contribuir com o "bom ambiente macroeconômico" em construção.

"O central é que foi uma vitória do governo você poder regularizar uma atividade econômica que é crescente no Brasil e no mundo, que não contribui como pode contribuir nos investimentos em educação, habitação, saúde, na promoção do esporte e do turismo no Brasil."

Nesta quinta, Padilha conversou com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), para pedir a aprovação do projeto que retoma obras paradas na saúde e na educação, além da regulamentação do mercado brasileiro de carbono. O ministro também reforçou a necessidade de aprovação da **Reforma Tributária** até o final do mês que vem.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/padilha-diz-que-repasse-a-municipios-vem-para-compensar-boca-de-urna-tributaria-de-bolsonaro.shtml>

Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial

ECONOMIA JB

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, nesta quarta-feira (13), que o Brasil, diante do seu potencial, tem a obrigação de crescer mais do que a média mundial. Falando para uma plateia de empresários, em evento na capital paulista, ele destacou ainda que os anseios da sociedade brasileira são para que esse crescimento seja baseado na justiça social e liberdade.

Os anseios da sociedade são para que nós rememos na mesma direção, de um progresso sustentável, com justiça social, com muita democracia, com muita liberdade, liberdade de expressão, de empreender, porque esse país não pode crescer menos do que a média mundial. Nós não temos o direito de oferecer para a sociedade menos do que isso, com tudo o que o destino colocou nas nossas mãos, disse.

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira tem aumentado semana a semana. Para 2023, a projeção subiu de 2,56% para 2,64% na última semana. A estimativa está no boletim Focus, divulgado na última segunda-feira (11) pelo Banco Central (BC).

Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma dos bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,47%. Para 2025, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** em 2%. Já segundo o Banco Mundial, o crescimento global deve ficar em 2,1%, em 2023; 2,4% em 2024; e chegar a 3%, em 2025.

Eu estou muito otimista, espero que nós tenhamos um ciclo longo [de crescimento], depois de dez anos de muita dificuldade. Eu acho que aquilo que a gente tinha que aprender, a gente tem que ter aprendido nesses dez anos. Agora é hora de colher os frutos desse aprendizado, nos entendermos para o bem da nossa sociedade e voltarmos a pensar numa grande nação, afirmou.

Haddad destacou que as aprovações do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** - esta ainda em trâmite no Congresso - colaboraram para os resultados econômicos positivos obtidos pelo país em 2023. Segundo o ministro, foi estabelecido um elo de confiança entre o Parlamento e o poder executivo

federal já no período da transição do governo, e que continua a dar frutos. De acordo com ele, os resultados econômicos de agora contaram com o envolvimento direto do Congresso.

Eu penso que nós soubemos conduzir junto com o Parlamento essa confiança que foi estabelecida na transição e ela se perpetuou. Nós tivemos um primeiro semestre como há muito tempo não se via do ponto de vista de produtividade legislativa, disse.

Site: <https://www.jb.com.br/economia/2023/09/1045962-haddad-defende-crescimento-do-pais-maior-que-a-media-mundial.html>

Informalidade e tributos emperram produtividade na construção civil

José Araújo Cardoso, de 54 anos, trabalha como pedreiro há décadas e como é comum no setor já trabalhou em muitas obras informalmente. Atualmente, como funcionário da construtora Conx, demonstra alegria por ter a sua disposição uma caneca projetora de argamassa, máquina que o ajuda a rebocar as paredes do prédio com a metade do tempo que levaria se tivesse que fazer o mesmo serviço artesanalmente com a trolha, ferramenta mais conhecida popularmente como colher de pedreiro.

"A caneca faz o trabalho mais pesado. Também cansa um pouco, mas é mais confortável, muito mais rápido e o resultado fica melhor. Com a colher é sofrimento", diz. Ele nunca teve oportunidade de usar a mesma máquina em obras pequenas em que atuou em trabalhos informais.

A caneca projetora é apenas um exemplo mais simples de tecnologias implementadas nos canteiros de obras das construtoras para melhorar a produtividade. O processo como um todo é muito mais amplo e, segundo especialistas, está em pleno avanço no Brasil. Mas obstáculos como o modelo tributário, alta informalidade do setor e a baixa qualificação dos trabalhadores ainda atrasam o processo de industrialização da construção.

"As nossas construções melhoraram muito os processos construtivos, mas ainda não têm uma palavra-chave: industrialização. E a maior culpada é a tributação. Se eu pegar um caminhão de brita, um de areia, um de cimento e fizer o concreto na obra, não pagarei ICMS. Agora, se fizer uma viga do outro lado da rua em uma fábrica e levar para o canteiro em um processo industrializado, tem que pagar o ICMS", comenta o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. "Isso vale tanto para uma viga de concreto quanto para uma esquadria, um kit hidráulico, um painel de fachada, uma placa pré-moldada ou qualquer outro componente", acrescenta.

Segundo o presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), Yorki Stefan, diante do acúmulo de **tributos** que incidem sobre a indústria e a construção civil, apenas projetos que têm necessidade serem concluídos com mais velocidade e os de grande porte como prédios ou condomínios optam por processos industrializados.

"A tributação do setor ainda pune a industrialização. Outro exemplo marcante é a cobrança de ISS pelas prefeituras", diz Stefan. O Imposto Sobre Serviços é pago por empresas e profissionais autônomos com alíquotas que geralmente variam entre 2% e 5%. Para ele, a cobrança é mais um obstáculo à eficiência. "Quanto mais produtivo você é na obra, consumindo menos prestação de serviços e usando métodos mais industrializados, mais você é obrigado a pagar uma diferença de ISS de acordo com as tabelas das prefeituras."

Os entusiastas que defendem a industrialização da construção civil acreditam que a **reforma tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, tem potencial para inaugurar um novo momento de progresso tecnológico no setor. Para Stefan, a proposta de simplificação do modelo tributário com criação de um imposto sobre valor agregado (IVA) e um imposto seletivo para substituir cinco **tributos** vai promover melhorias de produtividade em mais obras. A relação se dá porque as empresas, inclusive as de menor porte, não perderão tanto tempo e recursos com o recolhimento de **impostos** e poderão investir em tecnologias que vão desde o projeto nos escritórios até a execução da obra, afirma.

Stefan defende, além da simplificação, um regime especial para o setor, com alíquotas compatíveis com o resto do mundo. "É o que vigora no mundo para incentivar a construção. Na Europa, por exemplo, o retrofit é 'zero por cento'. Habitação de interesse popular é 'zero por cento'."

A alta taxa de informalidade do setor é outro obstáculo, pois o baixo custo da mão de obra informal no setor tira a competitividade das empresas sobretudo na fase de apresentação dos orçamentos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de trabalhadores da construção civil que atuam na informalidade no Brasil é de 68%. O número é ainda maior no Norte (80%) e no Nordeste (77%).

Competitividade é ganha na maioria das vezes, na informalidade, e não na competência técnica"

- José Carlos Martins

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/14/informalidade-e-tributos-emperram-productividade-na-construcao-civil.ghtml>

Martins afirma que o panorama geral da construção civil brasileira é como uma espécie de "Belíndia", termo criado pelo economista brasileiro Edmar Bacha, na década de 1970, em referência aos contrastes do Brasil na época, tendo um lado rico como a Bélgica e outro pobre como a Índia. Ele diz que, apesar de obras executadas com trabalhadores informais serem mais demoradas e apresentarem altas taxas de desperdício de material, ainda conseguem competir em termos de custo pelos salários mais baixos e pelos encargos tributários sobre o mercado formal.

"Nós já temos [processos construtivos] muito evoluídos no Brasil. Inclusive o wood frame [sistema composto por perfis e módulos de madeira] já é uma tendência por aqui também. Não perdemos para ninguém, para nenhum país, em relação a conhecimento e capacidade de executar projetos mais rápidos e limpos", afirma Martins. "A competitividade é ganha, na maioria das vezes, na informalidade, e não na competência técnica, gerencial e administrativa", comenta.

As dificuldades se refletiram em levantamento recente feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), que mostrou que apenas 34,6% das empresas do setor já usam sistemas pré-fabricados em suas obras. E, entre as usam, a utilização se dá em somente 10% dos serviços executados na obra.

"Estamos tentando trazer mais a indústria para o canteiro de obras, mas os **tributos** altos e a falta de qualificação da mão de obra para trabalhar com um processo mais mecanizado atrapalham muito. Além disso, também existe ainda um abismo entre o que a indústria já está produzindo e o que precisamos", conta a engenheira civil e coordenadora de planejamento e custo da construtora Conx, Alessandra Silva, em referência às padronizações dos materiais para reduzir o tempo com adaptações que no fim precisam ser feitas na obra, em vez de já chegarem nas medidas exatas.

"As áreas de inovação das indústrias estão procurando mais as construtoras para conseguirmos melhorar a nossa produtividade. Precisa de tecnologia dentro do canteiro e dentro da indústria para os dois lados se integrarem e melhorarmos o nosso processo", acrescenta. Para ela, é um objetivo do setor trabalhar cada vez mais com paredes pré-fabricadas, tanto internas quanto externas, e estruturais de madeira ou concreto. "A **reforma tributária** e treinamentos para qualificar a mão de obra podem alavancar esse processo", diz.

Site:

Brasil fica para trás em nova geografia da produção, mas matriz energética limpa pode mudar cenário

O Brasil saiu atrás na corrida para aproveitar as oportunidades geradas pelos processos de reacomodação das cadeias globais de produção. As relações mais conturbadas entre Estados Unidos e China e a guerra na Ucrânia fizeram com que práticas como o nearshoring e o friendshoring, que servem para definir a produção em locais mais próximos e em países aliados, ganhassem força.

Os eventos chamaram a atenção das empresas para a necessidade de cadeias mais curtas e resilientes e que levassem em conta não apenas os custos menores de produção, mas questões geopolíticas.

Quem tem se aproveitado, por diferentes razões, da realocação até o momento são países como México, Vietnã e Índia.

- Temos um setor industrial fechado, com algumas exceções, e um ambiente de negócios que não é favorável para transações. Operar no Brasil é mais custoso para as empresas em relação a maior parte dos países comparáveis, e essa situação se prolonga por muito tempo - destaca o ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do think tank Policy Center for the New South, Otaviano Canuto.

Apesar de ter saído atrás no sprint inicial, o Brasil ainda pode tentar se recuperar nessa corrida, segundo especialistas, principalmente por fatores como a matriz energética mais limpa.

Em um cenário onde as empresas precisam desenvolver cadeias de abastecimento mais sustentáveis, e à medida que as métricas ESG (sigla em inglês para definir boas práticas nas áreas ambiental, social, e de governança) desempenham um papel crescente nas decisões de investimento, o "greenshoring" pode ajudar o Brasil a ganhar posições.

- Isso pode no futuro, ser um diferencial, principalmente, quando houver mais exigências de transição energética. Quem produzir aqui usando energia renovável e barata vai ter mais competitividade. Mas não basta se instalar no Brasil pela questão ambiental, porém com um custo de logística e de mão de obra elevados. No final, o

cálculo do custo de produção vai ser importante - afirma o consultor da BMJ e ex-secretário de comércio exterior, Welber Barral.

Na mesma linha, segue Canuto:

- Caso a gente consiga consolidar a imagem de país verde e demonstrar que não estamos desmatando, há uma chance de nós virarmos ponto atrativo em atividades intensivas em energia verde, como hidrelétrica, eólicas, solar, e energia associada ao hidrogênio verde

Além da produção de energia limpa, jogam a favor do Brasil, o mercado consumidor amplo e a ausência de conflitos geopolíticos. No entanto, problemas já conhecidos como o ambiente de negócios complexo e a baixa produtividade da indústria são obstáculos a serem superados nessa corrida.

- Melhoramos bastante, mas ainda há caminho pela frente. Se a gente tirasse complexidade do sistema, principalmente tributária e fiscal, poderíamos nos beneficiar muito - ressalta o sócio da consultoria da Roland Berger, Cristiano Doria.

Levantamento feito pela Roland Berger, com base em dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mostra que a atração de empresas para o Brasil por meio do nearshoring pode adicionar até US\$ 78 bilhões anuais em exportações para a América Latina.

Desse montante, o Brasil se beneficiaria com US\$ 7,84 bilhões. O número é superior ao de vizinhos, como Argentina e Colômbia, mas bem abaixo dos US\$ 35,2 bilhões anuais do México.

A aprovação da **reforma tributária** neste ano é considerada um avanço por sinalizar a simplificação do sistema. No entanto, há ainda um longo caminho para o texto ser aprovado e, principalmente, para que seus efeitos se reflitam na economia.

- O custo logístico no Brasil é alto pela falta de modais, pela pouca utilização de hidrovias e ferrovias. O custo e a insegurança tributários são elevados e há uma questão de burocracia grande para se fazer negócios

no Brasil - afirma Barral.

A tendência é que a reorganização das cadeias globais seja longa, pois envolve a necessidade de investimento, processos regulatórios e buscas por fornecedores confiáveis. E não é tão simples abrir mão de uma hora para outra das vantagens oferecidas por grandes mercados, como a China.

O México saiu na frente na atração desses investimentos pela proximidade geográfica com os EUA. Os acordos comerciais com americanos e canadenses e as redes de transporte de carga estabelecidas também são alguns dos atrativos.

Nessa semana, o país desbancou a China e se tornou o maior fornecedor externo para os americanos.

- O México é parte do acordo de livre comércio com os países da América do Norte, tem umas vantagens logísticas e tributárias muito significativas. O Brasil nunca vai conseguir competir com o México em termos de mercado americano, mas pode se posicionar como um player para a América Latina e para países no norte da Europa - destaca Doria.

No caso dos asiáticos, como o Vietnã, a proximidade com a China ajuda. Diante dos receios dos investidores com a política chinesa, que aumentaram após o início da pandemia, muitas empresas buscaram diversificar suas operações na região.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/14/brasil-fica-para-tras-em-nova-geografia-da-producao-mas-matriz-energetica-limpa-pode-mudar-cenario.ghtml>

Reforma tributária tem calendário de tramitação

O relator da **Reforma Tributária**, senador Eduardo Braga (MDBAM), divulgou ontem a sua projeção de agenda para a tramitação da **reforma tributária** na Casa Alta. O parlamentar adiou para 4 de outubro a apresentação do relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O prazo inicial para a entrega do parecer era 27 de setembro. Com isso, o texto da proposta será apreciado em plenário no dia 18 de outubro. O plano da equipe econômica é ter a reforma promulgada ainda este ano.

A mudança no cronograma ocorreu por conta da pressão do setor de serviços que pediu a inclusão de mais uma audiência no plano de trabalho na Comissão.

Ao todo, serão realizadas nove audiências para discutir a proposta.

Antes, eram 8 reuniões.

Mesmo com a ampliação do número de audiências, Eduardo Braga alega que o cronograma estabelecido junto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para a votação da **reforma tributária** no plenário está mantido, com previsão de encerrar a apreciação na Casa até o fim de outubro.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-impressa/2529/14-09-2023/>

Edvaldo entrega a relator propostas de aprimoramento da Reforma Tributária

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o prefeito Edvaldo Nogueira se reuniu, nesta terça-feira, 12, em Brasília, com o relator da **Reforma Tributária** no Senado, o senador Eduardo Braga. Na audiência, da qual participaram gestores das principais cidades do país, a exemplo de Ricardo Nunes (São Paulo/SP), Bruno Reis (Salvador/ BA), Sebastião Melo (Porto Alegre/RS) e Cinthia Ribeiro (Palmas/TO), foram apresentadas cinco propostas da entidade municipalista para o aprimoramento do texto que tramita no Congresso Nacional, com a finalidade de assegurar a construção de uma reforma mais justa e igualitária. Os tópicos apresentados ao relator já vinham sendo trabalhados tecnicamente pela FNP e serão, agora, formalizados como propostas de emenda.

Para Edvaldo, a reunião foi "bastante positiva". "Tivemos uma audiência muito importante com o relator da **Reforma Tributária** no Senado, o senador Eduardo Braga. Apresentamos a ele cinco propostas que visam contribuir para o aperfeiçoamento da matéria que está tramitando no Congresso. São pontos que já vinham sendo trabalhados pela FNP e que visam assegurar o equilíbrio federativo.

Os municípios não podem ser prejudicados com a perda de autonomia e de recursos, como está no texto que foi aprovado pela Câmara de Deputados, pois isso interfere na prestação dos serviços à sociedade. As pessoas vivem nas cidades, os municípios são responsáveis pelos serviços essenciais como a saúde, educação, transporte, limpeza pública.

Não há município forte com a arrecadação diminuída", destacou o prefeito.

Edvaldo ressaltou também que outro ponto debatido com o relator foi a garantia de um maior protagonismo para os municípios mais populosos, representados pela FNP, na **Reforma Tributária**. "Somos demandados cada vez mais por serviço, principalmente as cidades mais populosas. O relator nos ouviu atentamente e se mostrou bastante receptivo ao que apresentamos.

Continuaremos trabalhando em defesa dos interesses das cidades porque, assim, estamos defendendo os interesses dos cidadãos, para que eles vivam mais felizes e em cidades com a melhoria da qualidade de

vida garantida", destacou.

Equilíbrio Os cinco pontos apresentados ao relator da **Reforma Tributária** pelos dirigentes da FNP visam equilibrar as perdas para os municípios e foram construídos em conjunto com secretários municipais de Fazenda. Os gestores elencaram a conversão da parcela municipal no IBS estadual - a atual cota-parte do ICMS - em IBS municipal; o aprimoramento do Conselho Federativo, com a participação paritária com os estados; a retenção do IBS na fonte nas aquisições de bens e serviços pelos municípios; a garantia do percentual mínimo de participação dos municípios no bolo tributário; e a garantia de serviços essenciais disciplinando o pagamento de precatório.

"O Senado tinha que dar a nós, prefeitos, a mesma oportunidade que deu aos governadores, com uma sessão especial, para falarmos um pouco sobre isso na política, porque política é diálogo, construção e convencimento.

Não estamos querendo nada demais", solicitou o prefeito de Porto Alegre e vice- presidente de Mobilidade da FNP, Sebastião Melo, ao senador Eduardo Braga.

Aos prefeitos, o relator da **reforma tributária** garantiu que levará o pleito ao presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco, para viabilizar a sessão.

Eduardo Braga concordou também com os gestores sobre a construção de uma reforma que mantenha o equilíbrio federativo.

"Essa reforma tem que ter esse equilíbrio. Por isso, recebo esse documento que vocês estão me entregando", completou.

Alinhamento As propostas apresentadas ao senador Eduardo Braga foram alinhadas na manhã desta terça-feira, 12, em reunião coordenada por Edvaldo, na sede da FNP. Mais de 20 prefeitos e prefeitas, das médias e grandes cidades, estiveram presentes no encontro para debater o detalhamento dos tópicos listados no documento, entre eles os prefeitos de Araraquara/SP, Edinho Silva, de João Pessoa/ PB, Cícero Lucena, de Florianópolis/ SC, Topázio Neto, de Rio Branco/AC, Tião Bocalom, e de Belém/PA, Edmilson Rodrigues.

A reunião também contou com a participação de secretários municipais de Fazenda como Giovana Victer (Salvador/BA), Bruno Mancini (Osasco/SP), Andrea Senko (Rio de Janeiro/ RJ), e Luis Felipe Vidal Arellano (São Paulo/SP).

Ajuste político na reforma tributária

Relator da **reforma tributária** no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) pretende transformar o Conselho Federativo, órgão responsável por gerir o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em um comitê gestor, com formato técnico, a exemplo do que já ocorre a gestão do Simples Nacional. Segundo ele, seria a saída conciliatória para o órgão, diante das críticas de vários colegas e de governadores que pedem a exclusão do conselho do texto da reforma. Braga anunciou que não deve cumprir a promessa de terminar o relatório no próximo dia 27. A nova data é 4 de outubro

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/09/14/all.pdf>

Prefeitos pedem "socorro" para superar queda de receita

229 dos 246 gestores municipais se manifestaram, nesta quarta-feira, 13, no Auditório Carlos Vieira da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), em voz praticamente uníssona: as várias dificuldades que enfrentam em seus municípios.

A iniciativa liderada pela Federação Goiana de Municípios (FGM) e Associação Goiana de Municípios (AGM), marca o "Dia Estadual de Protestos pela Autonomia Financeira dos Municípios", com a participação expressivas de prefeitos e lideranças políticas.

O governador Ronaldo Caiado, presidente da Alego, Bruno Peixoto, deputados federais e estaduais participaram do ato.

Prefeito de Campos Verdes, Haroldo Naves, presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), destacou que a crise é devido à queda do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com a desoneração de combustível, telecomunicações e queda no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Haroldo Naves aponta que os programas federais estão desatualizados e exemplifica que o Programa de Saúde da Família (PSF), paga valores defasados para contratar profissionais de saúde. Além disso, menciona que o governo federal possui dívidas com os municípios, destacando que, "no caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas), os municípios goianos têm um débito de 348 milhões de reais de 2014 a 2022, com um total de mais de 7 bilhões em todo o Brasil" destaca acrescentando ainda que a solicitação é por ajuda do governo federal para compensar essas perdas e atualizar os programas federais.

"Um pedido de socorro dos prefeitos ao governo federal" É assim que Carlão da Fox (PSD), prefeito de Goianlra e presidente da Agência Goiana dos Municípios (AGM), classifica o encontro que reuniu lideranças municipais em prol da autonomia financeira dos municípios goianos. Carlão da Fox destacou que as prefeituras sofrem por não saber de onde virá a receita para cumprir as demandas.

"Estamos passando por uma situação terrível. De julho a agosto e agora setembro, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) caiu de forma vertiginosa." Reivindicações O cálculo do CNM mostra que o número de municípios no vermelho no Brasil saltou de 7% em 2022 para 51% neste ano. O prefeito de Senador Canedo, Fernando Pellozo explicou que o município também foi afetado com a crise e vem sofrendo com a queda de receitas e o aumento de despesas desde setembro de 2022.

Segundo Pellozo, entre setembro e dezembro de 2022, o município deixou de arrecadar R\$ 4,5 milhões por mês. Já entre janeiro e julho deste ano, a queda foi de R\$ 5 milhões mensais.

Além disso, somente neste ano, Senador Canedo perdeu R\$ 38 milhões do ICMS. "É a pior crise que já ouvi falar. A arrecadação diminui, mas as despesas da saúde, por exemplo, só aumentam.

Só para se ter ideia, todo mês faltam R\$ 3 milhões para pagar todas as contas da saúde e R\$ 4 milhões na educação.

A conta não fecha" sustentou Fernando Pellozo.

Os prefeitos alegam que a diminuição da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), promovida no ano passado pelo governo Jair Bolsonaro (PL), reduziu a arrecadação dos municípios desde pelo menos setembro. Assim, cobram maior participação no Fundo de Participação dos Municípios, para compensar as perdas, já que estariam com as contas no vermelho.

Balanco nacional A crise financeira afeta municípios em todo o Brasil devido ao crescimento do salário mínimo, reajuste dos pisos salariais e gastos não previstos.

Mais de 2,3 mil prefeituras fecharam o primeiro semestre de 2023 no vermelho, com Goiás apresentando um índice preocupante de 65% de municípios com dificuldades financeiras.

O aumento das despesas em 22% e a queda nas receitas em 8%, apesar da Emenda Constitucional que proíbe novos encargos sem financiamento, têm contribuído para agravar a situação.

A possível inclusão dos gastos com pessoal de Organizações Sociais nos limites de gastos é uma questão crítica que pode levar a multas e rejeições de contas dos prefeitos. Os municípios de médio e pequeno porte são os mais afetados devido à dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do ICMS.

Saída da crise Como solução os municípios apresentam seis reivindicações básicas e, dentre elas, estão o aumento da participação do FPM, redução da alíquota patronal do **INSS** para os municípios menores, atualização dos programas federais defasados, ampliação da Reforma da Previdência para os Municípios, dentre outras.

"Esse conjunto de ações fez os municípios entrarem em colapso financeiro. Mesmo que o prefeito não aumentasse a folha de pagamento, com o aumento de salário mínimo acima da **inflação**, houve o crescimento vegetativo da folha e isso estrangulou as finanças municipais" desabafou o presidente da FGM, Haroldo Naves.

Goiás libera R\$ 66 milhões em emendas para municípios

governador Ronaldo Caiado manifestou, nesta quarta-feira (13), apoio às prefeituras goianas em crise financeira, durante evento promovido por entidades municipalistas na Assembleia Legislativa de Goiás, com a presença de representantes de 229 cidades.

O chefe do Executivo goiano estava acompanhado da presidente de honra da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e coordenadora do Gabinete de Políticas Sociais (GPS), primeira-dama Gracinha Caiado.

Apesar de demonstrar solidariedade em relação às prefeituras, Caiado ressaltou que todos os repasses estaduais obrigatórios estão em dia. Inclusive, ainda neste mês, serão liberados R\$ 66 milhões em emendas parlamentares, que devem ser destinadas a obras e investimentos nas cidades. Até o final do ano, o valor deve chegar a R\$ 450 milhões. "Este ano nós já repassamos aos nossos deputados estaduais R\$ 154 milhões e, neste mês, mais R\$ 66 milhões serão entregues a todos os prefeitos que apresentaram os projetos e documentações" explicou o governador.

Na ocasião, Caiado também destacou que vai continuar atendendo a todos de forma democrática, sem distinções partidárias. "Nunca discriminei um prefeito, independentemente de siglas partidárias. O governo só funciona com a estrutura do município para chegar ao cidadão e essa parceria sempre deu certo"

disse, em referência a diversos investimentos realizados por meio de programas como AlfaMais, de incentivo à alfabetização; Goiás em Movimento, que leva asfalto aos municípios; ações de segurança pública; e repasses para merenda e transporte escolar.

Para Caiado, estados e municípios devem buscar autonomia de forma conjunta, visto que a crise atinge a todos e, no caso do governo estadual, haverá queda de R\$ 4 bilhões no orçamento deste ano. "Goiás perdeu, ano passado, R\$ 4 bilhões. Esse ano teria a reparação de R\$ 2,5 bilhões, divididos em parcelas. Mas Goiás teve parte descontada para pagamento de dívida antiga com governo federal, recebeu só R\$ 40 milhões do total que seria R\$ 545 milhões. Ou seja, além da queda a gente ganha o coice. E a parte dos municípios, de R\$ 174 milhões, repassamos integralmente sem os descontos das dívidas passadas" explicou, demonstrando que, ao invés de repor, o Estado precisou utilizar recursos próprios para repasses municipais.

Nesse sentido, lembrou que o debate da **reforma tributária** se torna ainda mais relevante. E encontrou respaldo por parte dos prefeitos, como Fernando Pelozzo, de Senador Canedo. "Com essa aprovação do jeito que está, Senador Canedo perderia mais de 68 milhões por ano" frisou prefeito. "Temos que trazer os recursos e ficar atentos, unidos" afirmou o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale, que salientou a importância de pressionar o Congresso Nacional por mudanças no texto.

Haroldo Naves, Bruno Peixoto, Ronaldo Caiado, Gracinha Caiado e Carlão da Fox: apoio aos prefeitos

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230914&p=1>

As transições e a guerra fiscal na reforma (Artigo)

Felipe Salto

Felipe Salto, ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN RENA, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DE SÃO PAULO E DIRETOR-EXECUTIVO DA IFI

Retomo o tema da reforma tributária.

Na coluna do dia 20 de julho, apontei oito grandes desafios a serem enfrentados durante a tramitação da matéria no Senado. Posteriormente, avalei dois pontos dessa lista - o Conselho Federativo e as exceções à alíquota de referência.

No artigo de hoje, vou abordar a questão da transição prevista na reforma para a troca de tributos e a partilha de receitas do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Em relação à primeira transição, pretendo abordar também os benefícios fiscais do ICMS.

A reforma tributária, de acordo com o texto aprovado na Câmara dos Deputados, pretende: 1) substituir três tributos sobre bens e serviços federais - Cofins, IPI e PIS - pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e por um imposto seletivo; e 2) trocar dois tributos sobre bens e serviços subnacionais - ICMS e ISS - pelo IBS.

Juntos, esses tributos arrecadaram 12,5% do **PIB** no período 2017-2021, sendo 4,6% do **PIB** de tributos federais e 7,8% do **PIB** de tributos subnacionais, cerca de 38% de tudo o que foi recolhido naqueles anos. De modo a não comprometer o financiamento do Estado, propõe-se uma transição, de 2029 a 2033, para a substituição do ICMS e do ISS pelo IBS.

Vale dizer, foram concedidos benefícios fiscais que em muitos Estados levaram à perda de mais de 20% da receita de ICMS. Para não prejudicar os investimentos feitos com base nesses incentivos, a reforma prevê um cronograma de redução progressiva das alíquotas do ICMS, bem como institui o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais com recursos da União, destinado a compensar as empresas até 2032. Os aportes começarão com R\$ 8 bilhões, em 2025, até chegar aos R\$ 32 bilhões, em 2028, caindo progressivamente após 2029.

A substituição de Cofins, IPI e PIS pela CBS será rápida, no biênio 2026-2027, mas deveria também ser antecipada. Em 2024, espera-se que ocorra a aprovação das leis complementares previstas na reforma, de modo que a troca poderia começar já em 2025. Bem mais lenta é a transição da substituição do ICMS e do ISS pelo IBS. Terá início apenas em 2029 e, em 2032, último ano de existência desses impostos, as alíquotas ainda estarão em 60% do previsto na legislação.

É difícil de acreditar que esses impostos possam desaparecer de um dia para o outro, no início de 2033. Mais provável é a prorrogação da transição, pondo a perder o coração da reforma, isto é, o fim da guerra fiscal com tributação no destino das operações (consumo final).

Para ter claro, não se sabe exatamente o tamanho dos benefícios de ICMS nem com que rigor os requerimentos de compensação solicitados pelas empresas poderão ser analisados.

Quem fará, aliás, esse escrutínio?

A proposta em tramitação ainda estabelece que o risco da União não se restringe aos aportes feitos, se a necessidade de compensação ultrapassar esses prognósticos. A União, vale registrar, arcará também com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, mediante aportes anuais de R\$ 8 bilhões, em 2029, a R\$ 40 bilhões, em 2033.

Guerra fiscal a pleno vapor.

O que garante que o cronograma será mantido, a exemplo de prazo, gradação e sequência?

Em particular, em 2032, as alíquotas de ICMS ainda estarão em 60% das previstas na legislação e o Fundo de Compensação e o Fundo de Desenvolvimento já terão recebido no acumulado R\$ 160 bilhões e R\$ 80 bilhões, respectivamente, num total de R\$ 240 bilhões. Uma fábula, que representa verdadeira bomba fiscal para a União.

A outra transição é chamada federativa. Trata-se de uma questão restrita aos Estados e municípios, não envolvendo os contribuintes, como no caso da substituição de tributos.

A questão, aqui, é a da distribuição da receita do IBS entre esses entes.

Ainda que se possa garantir que a receita da CBS seja igual à da Cofins, do IPI e do PIS somadas e que a receita do IBS seja igual à do ICMS e do ISS agregadas, a reforma necessariamente produzirá efeitos redistributivos entre os Estados e os municípios.

Fato é que a apropriação do ICMS, promete-se, deixará de ser preponderantemente na origem para ser apenas no destino lá, em 2033.

Com o objetivo de garantir a estabilidade da receita dos Estados e municípios e um maior prazo para assimilar eventuais perdas, estabeleceu-se a ideia da transição federativa, de 2029 a 2078, lembrando que 2029 é o ano de início da substituição do ICMS e ISS pelo IBS. Neste período, a partilha da receita será inicialmente feita de modo a garantir a mesma receita que a proporcionada no período 2024-2028. Gradualmente, entretanto, a parcela distribuída de acordo com o destino crescerá de modo linear, até que seja o único critério em 2078.

Enfim, teremos uma transição de 2026 a 2032, quando se dará a substituição de **tributos**, e uma outra transição, bem mais longa, de 2029 a 2078, período no qual se caminhará progressivamente para a distribuição da receita do IBS no destino.

É um longo processo sujeito a chuvas e trovoadas, somandose a outras questões espinhosas, como o Conselho Federativo e a alíquota de referência e suas exceções. A reforma poderá, na verdade, morrer por inanição ou, se realmente avançar, produzir um quadro ainda mais intrincado que o atual.

A **reforma tributária** poderá morrer por inanição ou, se realmente avançar, produzir um quadro ainda mais intrincado que o atual

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Informalidade e tributos emperram produtividade na construção civil

Rafael Vazquez

José Araújo Cardoso, de 54 anos, trabalha como pedreiro há décadas e como é comum no setor já trabalhou em muitas obras informalmente.

Atualmente, como funcionário da construtora Conx, demonstra alegria por ter a sua disposição uma caneca projetora de argamassa, máquina que o ajuda a rebocar as paredes do prédio com a metade do tempo que levaria se tivesse que fazer o mesmo serviço artesanalmente com a trolha, ferramenta mais conhecida popularmente como colher de pedreiro.

"A caneca faz o trabalho mais pesado. Também cansa um pouco, mas é mais confortável, muito mais rápido e o resultado fica melhor. Com a colher é sofrimento", diz. Ele nunca teve oportunidade de usar a mesma máquina em obras pequenas em que atuou em trabalhos informais.

A caneca projetora é apenas um exemplo mais simples de tecnologias implementadas nos canteiros de obras das construtoras para melhorar a produtividade. O processo como um todo é muito mais amplo e, segundo especialistas, está em pleno avanço no Brasil. Mas obstáculos como o modelo tributário, alta informalidade do setor e a baixa qualificação dos trabalhadores ainda atrasam o processo de industrialização da construção.

"As nossas construções melhoraram muito os processos construtivos, mas ainda não têm uma palavra-chave: industrialização. E a maior culpada é a tributação. Se eu pegar um caminhão de brita, um de areia, um de cimento e fizer o concreto na obra, não pagarei ICMS. Agora, se fizer uma viga do outro lado da rua em uma fábrica e levar para o canteiro em um processo industrializado, tem que pagar o ICMS", comenta o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. "Isso vale tanto para uma viga de concreto quanto para uma esquadria, um kit hidráulico, um painel de fachada, uma placa prêmoldada ou qualquer outro componente", acrescenta.

Segundo o presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), Yorki Stefan, diante do acúmulo de **tributos** que incidem sobre a indústria e a construção civil, apenas projetos

que têm necessidade serem concluídos com mais velocidade e os de grande porte como prédios ou condomínios optam por processos industrializados.

"A tributação do setor ainda pune a industrialização. Outro exemplo marcante é a cobrança de ISS pelas prefeituras", diz Stefan. O Imposto Sobre Serviços é pago por empresas e profissionais autônomos com alíquotas que geralmente variam entre 2% e 5%. Para ele, a cobrança é mais um obstáculo à eficiência. "Quanto mais produtivo você é na obra, consumindo menos prestação de serviços e usando métodos mais industrializados, mais você é obrigado a pagar uma diferença de ISS de acordo com as tabelas das prefeituras." Os entusiastas que defendem a industrialização da construção civil acreditam que a **reforma tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, tem potencial para inaugurar um novo momento de progresso tecnológico no setor. Para Stefan, a proposta de simplificação do modelo tributário com criação de um imposto sobre valor agregado (IVA) e um imposto seletivo para substituir cinco **tributos** vai promover melhorias de produtividade em mais obras. A relação se dá porque as empresas, inclusive as de menor porte, não perderão tanto tempo e recursos com o recolhimento de **impostos** e poderão investir em tecnologias que vão desde o projeto nos escritórios até a execução da obra, afirma.

Stefan defende, além da simplificação, um regime especial para o setor, com alíquotas compatíveis com o resto do mundo.

"É o que vigora no mundo para incentivar a construção. Na Europa, por exemplo, o retrofit é "zero por cento". Habitação de interesse popular é "zero por cento". A alta taxa de informalidade do setor é outro obstáculo, pois o baixo custo da mão de obra informal no setor tira a competitividade das empresas sobretudo na fase de apresentação dos orçamentos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de trabalhadores da construção civil que atuam na informalidade no Brasil é de 68%. O número é ainda maior no Norte (80%) e no Nordeste (77%).

Martins afirma que o panorama geral da construção civil brasileira é como uma espécie de "Belíndia",

termo criado pelo economista brasileiro Edmar Bacha, na década de 1970, em referência aos contrastes do Brasil na época, tendo um lado rico como a Bélgica e outro pobre como a Índia. Ele diz que, apesar de obras executadas com trabalhadores informais serem mais demoradas e apresentarem altas taxas de desperdício de material, ainda conseguem competir em termos de custo pelos salários mais baixos e pelos encargos tributários sobre o mercado formal.

"Nós já temos [processos construtivos] muito evoluídos no Brasil.

Inclusive o wood frame [sistema composto por perfis e módulos de madeira] já é uma tendência por aqui também. Não perdemos para ninguém, para nenhum país, em relação a conhecimento e capacidade de executar no Brasil é de 68%. O número é ainda maior no Norte (80%) e no Nordeste (77%).

Martins afirma que o panorama geral da construção civil brasileira é como uma espécie de "Belíndia", termo criado pelo economista brasileiro Edmar Bacha, na década de 1970, em referência aos contrastes do Brasil na época, tendo um lado rico como a Bélgica e outro pobre como a Índia. Ele diz que, apesar de obras executadas com trabalhadores informais serem mais demoradas e apresentarem altas taxas de desperdício de material, ainda conseguem competir em termos de custo pelos salários mais baixos e pelos encargos tributários sobre o mercado formal.

"Nós já temos [processos construtivos] muito evoluídos no Brasil.

Inclusive o wood frame [sistema composto por perfis e módulos de madeira] já é uma tendência por aqui também. Não perdemos para ninguém, para nenhum país, em relação a conhecimento e capacidade de executar

Site: <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impreso/>

Haddad fala em pressão por gastos 'para todo lado' e diz mapear riscos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu que há "pressão de gastos para todo lado", mas considerou fazer parte do seu trabalho localizar os riscos.

Em evento da revista Exame nesta quarta-feira (13) à noite, que reuniu alguns dos principais empresários dos países, ele afirmou que os gastos devem ter sempre um "retorno positivo" e que a função do governo é mapear os perigos.

"O trabalho de um governo sério é localizar os riscos fiscais. A gente mapeia até os riscos judiciais. A gente tem feito trabalho nos tribunais para localizar causas que podem trazer problemas muito grandes", explicou.

Ele citou a necessidade de falar "não" a alguns pedidos, o que pode ser um problema nas negociações com o Congresso Nacional e empresários. Para compensar, despejou elogios na atuação de deputados, senadores e no diálogo com setores da economia nacional.

"O que nos cabe é vigiar. Ver qual ministro teve uma grande ideia, o que o Judiciário está decidindo, quais as grandes questões, o que o Congresso está aprovando. Tem de haver vigilância para que a disciplina fiscal seja natural no país. Temos de ser o chato que diz não, que não deixa, que bate na mesa. É a tarefa", afirmou.

Prestes a viajar na comitiva presidencial de Lula que vai a Nova York neste mês, Haddad espera embarcar após ter anunciado detalhes do Plano de Transição Ecológica -a ideia de impulsionar o desenvolvimento baseado na preservação ambiental e combate às mudanças climáticas.

O ministro quer usar a novidade para buscar investimentos. "Vamos usar a nossa matriz energética, que é a mais limpa do mundo", disse.

Diante dos empresários e sem ser contestado, Haddad adotou um discurso otimista e lembrou todo o caminho percorrido desde sua nomeação, em dezembro do ano passado. Também considerou inadmissível o índice de crescimento brasileiro do ano passado, de 2,9% do **PIB** (Produto Interno Bruto), enquanto a média mundial foi de 3,4%.

"Este país não pode crescer menos do que a média mundial, não temos o direito de oferecer à sociedade menos do que isso, com tudo o que o destino colocou nas nossas mãos", disse.

Um dos pontos do qual mais se vangloriou foi o texto da **reforma tributária** que, segundo ele, ninguém acreditava ficar pronto no primeiro semestre de 2023. Esta foi outra fonte de elogios na relação com o Congresso Nacional.

Haddad disse acreditar que, após conversas com o senador Eduardo Braga (MDB-AM) e com o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o cronograma de votação será cumprido até o próximo mês.

"Precisa gostar muito de risco para investir no Brasil. Quando converso com fundos estrangeiros, eles não querem saber quando as contas públicas vão estar ajustadas. Querem saber: tem gente séria pilotando a economia para que a trajetória seja consistente? Sim. Tem sistema tributário cristalino, transparente e justo? Sim. Tem vantagens competitivas em relação a seus concorrentes? Sim", afirmou.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/haddad-fala-em-pressao-por-gastos-para-todo-lado-e-diz-mapear-riscos.shtml>

Haddad defende crescimento do país maior que a média mundial

Publicado em 13/09/2023 - 23:19

Por Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil - São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, nesta quarta-feira (13), que o Brasil, diante do seu potencial, tem a obrigação de crescer mais do que a média mundial. Falando para uma plateia de empresários, em evento na capital paulista, ele destacou ainda que os anseios da sociedade brasileira são para que esse crescimento seja baseado na justiça social e liberdade.

"Os anseios da sociedade são para que nós rememos na mesma direção, de um progresso sustentável, com justiça social, com muita democracia, com muita liberdade, liberdade de expressão, de empreender, porque esse país não pode crescer menos do que a média mundial. Nós não temos o direito de oferecer para a sociedade menos do que isso, com tudo o que o destino colocou nas nossas mãos", disse.

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira tem aumentado semana a semana. Para 2023, a projeção subiu de 2,56% para 2,64% na última semana. A estimativa está no boletim Focus, divulgado na última segunda-feira (11) pelo Banco Central (BC).

Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (**PIB**) - a soma dos bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,47%. Para 2025, o mercado financeiro projeta expansão do **PIB** em 2%. Já segundo o Banco Mundial, o crescimento global deve ficar em 2,1%, em 2023; 2,4% em 2024; e chegar a 3%, em 2025.

"Eu estou muito otimista, espero que nós tenhamos um ciclo longo [de crescimento], depois de dez anos de muita dificuldade. Eu acho que aquilo que a gente tinha que aprender, a gente tem que ter aprendido nesses dez anos. Agora é hora de colher os frutos desse aprendizado, nos entendermos para o bem da nossa sociedade e voltarmos a pensar numa grande nação", afirmou.

Haddad destacou que as aprovações do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** - esta ainda em trâmite no Congresso - colaboraram para os resultados econômicos positivos obtidos pelo país em 2023. Segundo o ministro, foi estabelecido um elo de

confiança entre o Parlamento e o poder executivo federal já no período da transição do governo, e que continua a dar frutos. De acordo com ele, os resultados econômicos de agora contaram com o envolvimento direto do Congresso.

"Eu penso que nós soubemos conduzir junto com o Parlamento essa confiança que foi estabelecida na transição e ela se perpetuou. Nós tivemos um primeiro semestre como há muito tempo não se via do ponto de vista de produtividade legislativa", disse.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/haddad-defende-crescimento-do-pais-maior-que-media-mundial>

Relator da reforma tributária estuda simplificar perfil do Conselho Federativo

Edla Lula

Um dos itens mais controversos da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, que trata da **reforma tributária**, o Conselho Federativo, órgão responsável por gerir o novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), deve se transformar em um comitê gestor, com formato técnico, a exemplo do que já ocorre a gestão do Simples Nacional. Quem defende a ideia, é o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da PEC 45/2019 no Senado Federal.

Durante audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), realizada nesta quarta-feira (13/9) e que debateu a governança do Conselho Federativo, Braga contou que ainda pretende ouvir os vários setores e entes federativos, mas ele acredita que esta será a saída conciliatória para o órgão, diante da manifestação de vários colegas que pediram a exclusão do conselho do texto da reforma.

"Tenho procurador ouvir a todos, não só em relação ao Conselho Federativo, mas também sobre outros temas da emenda constitucional. Estamos fazendo uma reforma muito grande, que mexe com 80% das receitas estaduais e municipais. E mexe também com 30% das receitas da União. É muita coisa", disse o senador ao comentar que prefere não antecipar suas decisões, mas afirmando que a mudança desse item é uma hipótese.

Em conversa com jornalistas, após a audiência, Braga afirmou que se tornou "impraticável" a manutenção do calendário, que previa apresentação do relatório na CCJ no dia 27 de setembro e sua votação em 4 de outubro. No novo cronograma, a apresentação será no dia 4 de outubro, com votação em 18 do mesmo mês. A previsão ainda é de que, até o final de outubro, a PEC 45/2019 seja aprovada em plenário da Casa.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/09/5125160-relator-da-reforma-tributaria-estuda-simplificar-perfil-do-conselho-federativo.html>

Reforma tributária: relator prevê análise mais longa na CCJ, mas mantém prazo de votação em plenário para outubro

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), mudou as previsões de apresentação e votação do relatório da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto será divulgado no dia 4 de outubro - a data anterior era no dia 27 de setembro. Já a votação da matéria no colegiado mais importante da Casa deve ocorrer no dia 18 de outubro, após o feriado de Nossa Senhora Aparecida.

Apesar da alteração, Eduardo Braga ainda prevê a votação da **reforma tributária** no plenário do Senado até o final de outubro.

Uma nova audiência com o setor de serviços foi marcada para o dia 19 de setembro, adiando a análise final do texto da CCJ pelos parlamentares. Serão nove audiências públicas no grupo que debate o tema na Câmara dos Deputados. Antes, eram 8 reuniões.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/13/reforma-tributaria-relator-preve-analise-mais-longa-na-ccj-mas-mantem-prazo-de-votacao-em-plenario-para-outubro.ghtml>

Advogado quer pagar 12% de IVA no Brasil, mas paga 21% em Portugal, diz Rodrigo Maia

13.set.2023 às 15h05

"A OAB quer um regime diferenciado (.). Em Portugal, eles pagam 21% de alíquota. Por que no Brasil tem que pagar 12%?"

A provocação foi feita nesta quarta (13) pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, atual presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), durante evento do Banco Daycoval sobre **Reforma Tributária** e propostas do governo para mexer no Imposto de Renda.

Ao citar os advogados, Maia se referia às pressões de profissionais liberais para entrarem na lista de setores com regimes diferenciados na PEC 45. O setor financeiro já está nessa lista, pela versão aprovada pela Câmara.

A PEC prevê regimes diferenciados e também uma série de bens e serviços que terão tributação reduzida em 60%, o que pode representar uma alíquota de 10% para um IVA de 25%. O pleito de entidades de profissionais liberais é ter uma regra de tributação específica, o que pode resultar em um percentual ainda menor.

"O relator [da PEC 45 no Senado], Eduardo Braga, é um cara muito experiente. Espero que, de fato, ele não aceite essas pressões", disse o presidente da CNF.

Maia afirmou ainda que 90% dos advogados estão no Simples Nacional e os demais, na maior parte, prestam serviços a pessoas jurídicas, ou seja, transferem o crédito para o tomador do serviço. Ele disse esperar que o Senado reduza o número de exceções aprovadas na Câmara.

Em julho, a Ordem dos Advogados de Portugal rompeu, de forma unilateral, o acordo de reciprocidade que facilitava a brasileiros exercer a profissão no país.

Já se antecipando aos novos capítulos da reforma do Imposto de Renda, Maia disse que ainda não vê consenso no Congresso para tratar, por exemplo, da tributação de lucros e dividendos. Segundo ele, a proposta aprovada em 2021 na Câmara transferia a

conta, principalmente, para as empresas do lucro real.

Maia também defendeu rever os benefícios do Simples e do lucro presumido. "Com todo respeito às microempresas, que são muito importantes, mas elas não serão nunca as empresas que vão alavancar uma economia. Precisamos que as grandes empresas invistam, e elas trarão as médias e pequenas empresas para o seu crescimento."

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/09/advogado-quer-pagar-12-de-iva-no-brasil-mas-paga-21-em-portugal-diz-rodri-go-maia.shtml>

Relator da reforma tributária adia apresentação de parecer para 4 de outubro na CCJ

O relator da **reforma tributária** no Senado, o líder do MDB na Casa Eduardo Braga (AM), decidiu adiar a apresentação de seu parecer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para o dia 4 de outubro, deixando a votação do texto no colegiado para depois do feriado de 12 de outubro.

O senador garante que está mantida a perspectiva de votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma ainda em outubro, como previamente estimado e acordado com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A ideia inicial era que o parecer fosse apresentado à CCJ em 27 de setembro, data postergada diante de pedido de senadores de realização de mais uma audiência pública, dessa vez para analisar o impacto da **reforma tributária** sobre o setor de serviços.

A votação na CCJ deve ocorrer no dia 18 de outubro e até o fim desse mês no plenário do Senado.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/relator-da-reforma-tributaria-adia-apresentacao-de-parecer-para-4-de-outubro-na-ccj,a9a7514836972de64beee650e02bb95e5vpfk05v.html>

MP que tributa fundos de super-ricos deve ser incorporada ao PL das offshores

Eduardo Cucolo

O Congresso Nacional deve promover uma fusão entre a medida provisória que altera as regras do Imposto de Renda de fundos de investimentos no Brasil e o projeto de lei que trata de aplicações no exterior. Os dois temas seriam tratados por meio de um único projeto.

Em debate sobre os dois temas realizado nesta quarta (13) pelo Banco Daycoval, Daniel Loria, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** no ministério, afirmou que as principais sugestões de alteração à MP apresentadas pelos parlamentares estão relacionadas à tributação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, os FDICs.

Segundo ele, o governo está estudando as sugestões para construir uma solução que faça sentido para o mercado e atenda aos objetivos da proposta.

Também presente ao evento, o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia, atual presidente da CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras), também defendeu mudanças nesse ponto do texto, ao afirmar que FDICs fechados exercem papel de concorrência com os bancos no crédito.

Loria disse que as duas propostas são um primeiro capítulo da reforma do Imposto de Renda e da tributação da folha de salários, que deve ser enviada ao Congresso até o começo de 2024 para valer a partir de 2025.

"Compartimentalizar esses dois assuntos possibilitou uma discussão muito mais profunda. Aquilo que faz sentido à luz do projeto, e não fere os objetivos do projeto, a gente tem acatado. Isso fortalece o projeto, torna o projeto mais robusto, melhor tecnicamente", afirmou.

Maia disse que, a partir de conversas com parlamentares, avalia que haverá a incorporação da MP ao projeto de lei, diante da avaliação de consultores na Câmara de que não é necessário utilizar os recursos dos fundos exclusivos para compensar a correção da tabela do IR, objetivo inicial da medida.

Para ele, há consenso suficiente nesses dois temas

para aprovar as mudanças ainda neste ano na Câmara e no Senado. Em relação à MP que trata da nova regra para aproveitamento de créditos de PIS/Cofins para quem possui benefícios de ICMS, Maia disse que a questão deve enfrentar mais resistência no Congresso.

Loria afirmou que o governo vai seguir o que a Câmara decidir em relação à tramitação. "Há uma medida provisória e um projeto de lei. A Câmara vai avaliar a forma que eles consideram mais adequada para a tramitação. Eventualmente, até em um projeto único", disse.

Segundo o representante do governo, o problema das offshore e dos fundos fechados é o diferimento tributário, que permite a pessoa de altíssima renda e patrimônio adiar indefinidamente o recolhimento do IR.

"Isso representava uma vantagem financeira em relação aos fundos de investimento abertos de varejo. Não vejo nenhuma justificativa econômica. E isso não faz sentido da perspectiva de política tributária. O que a gente quer é isonomia, mesma regra para todos os fundos, abertos ou fechados."

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/mp-que-tributa-fundos-de-super-ricos-deve-ser-incorporada-ao-pl-das-offshores.shtml>

Eduardo Braga divulga calendário de votação da reforma tributária e prevê votação em plenário dia 18 de outubro

O relator da **Reforma Tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), divulgou nesta quarta-feira a sua projeção de agenda para a tramitação da **reforma tributária** na Casa. Ele adiou para 4 de outubro a apresentação do relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O prazo inicial para a entrega do parecer era 27 de setembro. Com isso, o texto da proposta será apreciado em plenário no dia 18 de outubro. O plano da equipe econômica é ter a reforma promulgada ainda este ano.

A mudança no cronograma ocorreu por conta da pressão do setor de serviços que pediu a inclusão de mais uma audiência no plano de trabalho na Comissão. Ao todo, serão realizadas nove audiências para discutir a proposta.

Nesta quarta-feira, ocorre a terceira para tratar do Conselho Federativo, que ficará responsável por gerir o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai unificar o imposto estadual ICMS e municipal ISS.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/13/eduardo-braga-adia-para-inicio-de-outubro-entrega-do-relatorio-sobre-a-reforma-tributaria-no-senado.ghtml>

Armistício fiscal e o novo modelo de desenvolvimento

Lu Aiko Otta

Não será fácil acabar com a guerra fiscal. No Senado, onde é apreciada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, da **reforma tributária**, alguns Estados defendem sua continuidade. Outros até se conformam com seu fim, mas pedem um pouco mais de tempo para fechar uns últimos contratos com empresas antes que a porta se feche.

Chama-se de guerra fiscal a prática de reduzir **impostos** para atrair empresas. É algo que se praticou no Brasil nas últimas cinco décadas, particularmente em relação ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo estadual, que a PEC 45 pretende modificar totalmente.

É um debate difícil. No fim das contas, está sobre a mesa a mudança do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, segundo resumiu o relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM). A ideia é que, após a reforma, o atrativo para empresas passe a ser um conjunto de incentivos orçamentários e financeiros (governo colocando recursos para estimular empresas ou setores), em vez dos atuais descontos nos **impostos**.

É disso que fala a PEC 45 quando estabelece que a arrecadação dos **tributos** sobre o consumo será feita no Estado de destino (onde o produto ou serviço é consumido), e não na origem (onde é fabricado). Assim, a lógica de dar descontos para atrair empresas será menos vantajosa para os Estados, pois a arrecadação não ficará lá. É uma mudança profunda, como atravessar um portal para outro mundo.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, é o mais vocal na reação contra essa mudança. Seu Estado ganhou montadoras e um polo de indústria farmacêutica com base em incentivos tributários. Outras unidades da Federação atraíram empresas da mesma forma.

É um mecanismo que fará falta, admitiu o diretor institucional do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), André Horta. Há receio que, sem essa forma de estímulo, as empresas passem a escolher locais onde há mais mercado consumidor. Ou seja, pode ocorrer concentração de investimentos.

Os incentivos tributários da guerra fiscal sempre tiveram sua constitucionalidade questionada. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, de fato, contrariavam a Carta. Para não provocar uma hecatombe nas empresas que tomaram decisões de investimento com base na guerra fiscal, foi aprovada em 2017 uma lei complementar, a 160, que convalida esses benefícios até 2032.

A PEC 45 prevê a criação de um fundo de convalidação de R\$ 160 bilhões para bancar os incentivos tributários estaduais para indústrias já instaladas, até que eles se encerrem.

Também por causa do fim da guerra fiscal, haverá um Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), de R\$ 40 bilhões por ano, que pode financiar a transição econômica dos Estados. Por exemplo, permitir investimentos em infraestrutura que melhorem sua logística.

E, novidade: os recursos do FDR poderão estimular empresas de serviços, informou o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, na sessão temática do Senado que recebeu 19 governadores e vice-governadores no último dia 29.

Um pedido ouvido com frequência nas mais de cinco horas daquela reunião foi a elevação do valor do FDR para R\$ 75 bilhões. Um tema "relevante", segundo o relator Eduardo Braga. Aparentemente, acrescentou, "o cobertor está curto".

Para além dos recursos, existe uma discussão sobre qual desenvolvimento regional buscar. Num momento em que a agenda de sustentabilidade se coloca com força para o Brasil e aponta para novas oportunidades para o Norte das florestas e o Nordeste das energias renováveis, esse é um debate necessário.

O Comsefaz está incumbido de lançar luzes sobre esse tema, informou Horta. É um trabalho em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Fora dos debates na **reforma tributária**, outra demonstração de vigor na guerra fiscal poderá ser vista nos próximos dias, na apreciação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória (MP) 1.185/2023. Ela regulamenta uma questão já decidida

pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): a retirada do impacto de incentivos fiscais estaduais na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL).

É uma discussão que enfrentará dificuldades no Congresso Nacional, avaliou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana, que foi deputado federal pelo PSDB mineiro por dois mandatos. O governo conta com essa MP para obter receitas de R\$ 35,3 bilhões no ano que vem.

Bem ou mal, a guerra fiscal serviu para desconcentrar a indústria nas últimas décadas. No entanto, é um modelo que já dá mostras de esgotamento há pelo menos 30 anos. Como apontou Appy na reunião com governadores, os Estados ricos também passaram a conceder incentivos tributários. Assim, as unidades menos desenvolvidas da Federação perderam seu atrativo. Restou uma disputa fratricida.

Parece claro que não é possível seguir com o atual modelo. No entanto, não é visível o que o substituirá. Esse é um ponto que merece mais atenção.

Site: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/armisticio-fiscal-e-o-novo-modelo-de-desenvolvimento.ghtml>

Rendimentos de FIIs e Fiagros serão taxados? Entenda proposta do governo

Fernando Barbosa Colaboração para o UOL, em São Paulo 13/09/2023 04h00

No projeto para taxar os fundos exclusivos e aumentar a arrecadação federal, o governo também alterou a tributação dos fundos imobiliários (FIIs) e dos fundos de investimento do agronegócio (Fiagros).

Dividendos de FIIs e Fiagros são isentos de IR. Hoje, esse benefício é estendido a todos os fundos. Para conseguir essa isenção, o FII precisa ter pelo menos 50 cotistas, ser negociado na Bolsa ou em balcão, e distribuir pelo menos 95% dos rendimentos. Os FIIs e Fiagros precisavam apenas disponibilizar as fatias de seus fundos junto ao mercado para contar com o benefício, e nenhum investidor poderia ter mais de 10% de participação no fundo.

Benefício vale para cotistas pessoa física. Investidores não precisam pagar IR em cima dos pagamentos que recebem em cima desses fundos de investimentos.

Lucro com venda de FIIs é tributada. O ganho de capital com a compra e venda de cota desses fundos já é tributado, a uma alíquota de 20%.

Fundos efetivamente negociados continuarão isentos. Para isso, FIIs e Fiagros precisam ter pelo menos 500 cotistas. Até então, os fundos precisavam contar com pelo menos 50 cotistas, ou seja, a equipe econômica do ministro Fernando Haddad aumentou em dez vezes a quantidade mínima de investidores dos fundos.

Maioria dos fundos imobiliários têm mais de 500 acionistas. Segundo levantamento da Economatica, 261 fundos imobiliários ou Fiagros listados na B3 contam com pelo menos 500 cotistas. O principal deles é o Maxi Renda (MXRF11), FII administrado pelo BTG Pactual que soma 908.249 investidores.

Outros 136 fundos têm até 500 cotistas. Na prática, esses serão os FIIs e Fiagros sujeitos à tributação pela nova regra.

FIIs com poucos acionistas não são, necessariamente, ruins. De acordo com o Artur Losnak, analista de FIIs do TC, o motivo de terem menos de 500 cotistas é por serem pouco conhecidos, normalmente porque não foram distribuídos por assessores de investimento.

Objetivo é evitar abusos de uma minoria dos fundos. Essa é a opinião de Bruno Mori, economista e sócio fundador da consultoria Sarfin. "A atualização da regra tem o objetivo de evitar abusos e reforça o entendimento de parte do mercado de que a **reforma tributária** não deve alterar a regra de isenção para estes veículos de investimento", afirma. Losnak afirma que a regra que exige, no mínimo, 50 cotistas, foi criada para evitar que investidores colocassem qualquer ativo na estrutura de fundos imobiliários e, assim, ter isenção de IR. "E lembre-se que o número mínimo de 500 cotistas não é definitivo. Pode ser maior, isso ainda será discutido", afirma o analista.

Medida ainda precisa ser aprovada no Congresso. A MP 1.184/2023 que afeta os FIIs e Fiagros é a mesma que impacta os fundos exclusivos - formados por um único acionista com patrimônio de, pelo menos, R\$ 10 milhões, e que o governo pretende taxar. Também inclui os Juros sobre o Capital Próprio. Por isso, os especialistas preveem resistência entre os parlamentares.

Proposta do governo traz alívio para o setor. É o que diz Brunno Bagnariolli, sócio da Jive Investments e CIO dos fundos da Mauá Capital. Isso porque a MP afasta o medo sobre a tributação dos fundos imobiliários para o investidor de varejo. Dessa forma, novos entrantes que preferiam ficar de fora podem voltar a investir.

Brunno Bagnariolli, sócio da Jive Investments e CIO dos fundos da Mauá Capital

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL tem um aulão sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Serão três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Veja aulas passadas. A primeira live foi sobre como se preparar para a aposentadoria - e por que é importante começar a investir já. Já a segunda falou sobre as diferentes modalidades de previdência privada.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às

16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Site: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/09/13/fundos-imobiliarios-e-fiagros-tributacao.htm>

Congresso reduziu espaço para cashback na reforma tributária, diz Appy

Publicado em 13/09/2023 - 00:08

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

As exceções instituídas pelo Congresso Nacional reduziram o espaço para a devolução parcial de **tributos** pagos pelos mais pobres sobre a cesta básica, disse nesta terça-feira (12) o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Ele, no entanto, disse que o mecanismo, chamado de cashback, poderá ser instituído, mesmo que em escala menor que o originalmente previsto.

"Ao optar por fazer desoneração da cesta básica e de outros produtos, o Congresso Nacional, vamos ser bem claros, reduziu o espaço para fazer o cashback. Não quer dizer que não terá. Existe a possibilidade de ter o cashback, mas ele certamente será menor do que poderia ser", afirmou o secretário no seminário Tributação e Desigualdades no Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, promovido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela organização Oxfam Brasil.

Durante a tramitação da **reforma tributária** na Câmara, os deputados incluíram uma série de bens e de serviços que pagariam metade da alíquota-padrão do Imposto sobre Valor Adicionado Dual (IVA Dual), como cesta básica, insumos para a agropecuária e serviços de educação e saúde privadas. Posteriormente, essa alíquota foi reduzida para 40% da alíquota padrão, com a criação de uma cesta básica nacional com alíquota zero.

Com as exceções, a alíquota padrão do IVA ficará entre 25,45% e 27%, segundo cálculos apresentados pelo Ministério da Fazenda no início de agosto, para que o governo não perda arrecadação. Sem elas, a alíquota padrão ficaria entre 20,73% e 22,02%, considerando o cenário original da **reforma tributária**.

"O ideal seria ter uma reforma que tributasse tudo por igual e ter um volume muito grande de recurso para poder fazer essa devolução do imposto para as famílias de menor renda, porque teria um impacto distributivo extremamente positivo", comentou o secretário extraordinário, ao sugerir menos exceções.

A ideia inicial da **reforma tributária** era incluir o cashback para pobres na Constituição, mas, durante a

tramitação, o Congresso decidiu que o sistema de devoluções será definido em lei complementar. O cashback poderia ter como base o Cadastro de Pessoa Física (CPF) emitido na nota fiscal, com o valor da compra e a inscrição no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) sendo cruzadas para autorizar a devolução. Em locais remotos, sem acesso à internet, poderia ser adotado um sistema de transferência direta de renda complementar ao Bolsa Família.

Em relação à **reforma tributária** sobre o consumo, o secretário extraordinário ressaltou que os ganhos não se limitam às famílias de baixa renda. Além de reduzir a tributação sobre o consumo, que onera a parcela mais pobre da população proporcionalmente à renda, a reformar ampliará a tributação dos serviços, tradicionalmente consumidos pelos mais ricos.

Appy apontou mais dois ganhos trazidos pela **reforma tributária** sobre o consumo. O primeiro é o aumento da arrecadação em estados menos desenvolvidos por causa do aumento do consumo da população de baixa renda. O segundo é o crescimento de 12 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma das riquezas produzidas no país) em 15 anos, proporcionado pela simplificação do sistema tributário.

Segundo o secretário, o projeto de lei que tributa as offshores (investimentos de brasileiros em empresas no exterior) e a medida provisória que antecipa o Imposto de Renda de fundos exclusivos são importantes para diminuir a desigualdade no sistema tributário. A mera adoção de um sistema mais isonômico de tributação, destacou Appy, traz efeitos positivos na distribuição de renda.

Em relação à reforma dos **tributos** sobre a renda, que envolverá medidas mais amplas que a tributação das offshores e dos fundos exclusivos, o secretário informou que a proposta será enviada ao Congresso no fim do ano ou no começo do próximo. Appy explicou que o governo decidiu iniciar as discussões sobre o tema apenas após a conclusão da reforma sobre o consumo, que deve ser votada em outubro pelo Senado e voltar à Câmara para ser apreciada novamente até dezembro.

O texto aprovado pelos deputados em junho estipula que o governo envie um projeto de lei complementar

para reformular os **tributos** sobre a renda até 180 dias após a promulgação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda os **tributos** sobre o consumo.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-09/congresso-reduziu-espaco-para-cashback-na-reforma-tributaria-diz-appy>

Reforma tributária pode reduzir preço de passagens interestaduais

A **reforma tributária** pode reduzir em até 15% o valor das passagens de transportes interestaduais. A estimativa é da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati). A entidade representa 90% das empresas regulares de transporte de passageiros rodoviários do país.

Segundo a associação, a projeção tem como base a previsão de diminuir a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Portanto, isso deve impactar no valor final da tarifa atual. Assim, a expectativa é de que a aprovação do texto contribua para impulsionar os resultados do setor.

De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), entre janeiro e junho de 2023, pouco mais de 14 milhões de passageiros foram transportados em todo o País. Portanto, reduzindo em quase 26% o número registrado no mesmo período em 2022.

Na avaliação da Abrati, a queda pode ter relação com diversos fatores e um deles é o valor das tarifas praticadas atualmente no país. Conforme ressalta a associação, o preço dos combustíveis pode ser um dos responsáveis pelos valores praticados. A associação menciona ainda a falta de investimentos nas rodovias do país e a alta carga tributária.

"Os valores das tarifas praticadas hoje no país têm interferência direta desses **tributos**. Só a taxa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) chega a 19%, dependendo do local de origem da viagem. Por isso, acompanhamos com entusiasmo os caminhos de mudanças efetivas que a proposta tem seguido. Já aprovado na Câmara, o texto segue com forte potencial de aprovação no Senado. Dando uma sinalização clara que os atores envolvidos também estão abertos às transformações que queremos. Toda a sociedade tem a ganhar com a **Reforma Tributária**", declarou Paulo Porto, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati).

Principais mudanças propostas

Segundo o executivo, a alteração na arrecadação do Imposto de Renda (IR) é umas das mudanças mais importantes na proposta. Afinal, prevê diminuir a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Assim, a medida pode enxugar em até 15% o valor final de uma passagem no transporte terrestre de passageiros. Portanto, o executivo aponta que esse pode ser um caminho de retomada de bons resultados ao setor, o qual afirma ser o que mais paga **impostos** no país.

"Diferente das companhias aéreas, que estão isentas do PIS e Cofins até 2026, o setor não apenas paga **taxas**, mas também se torna um mero repassador de **tributos**. Como as empresas regulares não são obrigadas a pagar a tarifa do setor rodoviário interestadual, quem paga é o próprio passageiro no ato da compra de um bilhete", ressalta.

Porto declara ainda que o setor acredita que a desoneração da tarifa vai garantir aos usuários mais benefícios e às empresas "novo gás, com as viagens por meios terrestres voltando ao posto de melhor opção em termos de custo-benefício".

O texto da reforma ainda será encaminhado ao Senado e poderá sofrer alterações. Para a publicação, é necessária a aprovação em pelo menos dois turnos por, no mínimo, 49 senadores.

Investimentos do governo federal

Durante o anúncio do lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu investir cerca de R\$ 350 bilhões no setor de transportes. Ou seja, incluindo rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias em todo o país.

Além disso, há a expectativa do setor em obter mais recursos por meio de contratos de concessão e editais de licitação. "Com esses investimentos, juntamente com as mudanças já sinalizadas na **reforma tributária**, o setor de transportes terrestres pode finalmente obter um respiro", conclui Porto.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Orçamento de 2024 está otimista demais, diz novo diretor da IFI

Estevão Taiar, Lu Aiko Otta e Julia Lindner

O Orçamento de 2024 "está cercado de incertezas" e conta com uma perspectiva "otimista demais" do governo federal, afirmou em entrevista ao Valor o novo diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana. A IFI é um órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado.

Pestana afirma que a piora do cenário para o déficit primário neste ano dificulta atingir a meta de resultado primário zerado, com intervalo de 0,25 ponto percentual do **PIB** para cima ou para baixo, estabelecida pelo arcabouço fiscal para o ano que vem.

Ele lembra que em meados do primeiro semestre as projeções iniciais para o déficit primário do governo federal deste ano estavam na casa de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), aproximadamente R\$ 100 bilhões. Embora secretários do ministério da Fazenda e do Planejamento e Orçamento continuem afirmando que é possível encerrar 2023 com déficit de cerca de R\$ 100 bilhões, o próprio governo federal projeta oficialmente resultado negativo de R\$ 145 bilhões, aproximadamente 1,4% do **PIB**.

"A boca do jacaré está abrindo", afirma Pestana, que foi deputado federal por dois mandatos. "A intenção pode estar indo para um lado, e o resultado, para outro." Do lado das despesas, ele destaca, por exemplo, o impacto que a atual política de reajustes do salário mínimo tem sobre as contas da União. Do lado das arrecadação, lembra que o Orçamento de 2024 "tem um buraco reconhecido de R\$ 168 bilhões de despesas condicionadas à realização de receitas", que, por sua vez, ainda dependem da aprovação do Congresso.

No caso da medida provisória (MP) 1.185, que muda parte da legislação da tributação sobre subvenções, Pestana chama atenção para a dificuldade de aprovação do texto no Congresso.

Isso porque a proposta, segundo ele, altera "as regras [para investimentos] do jogo durante o jogo".

"Além disso, não basta a questão legislativa, tem o potencial de litigância", afirma, destacando que o tema impacta "500 das maiores empresas do Brasil". O

governo federal planeja arrecadar R\$ 35 bilhões em 2024 com as alterações.

Sobre a tributação de offshores e fundos exclusivos, ele aponta o risco de "corrosão da base tributária", com fuga de recursos. Também afirma que no caso dos fundos exclusivos "não é uma questão pacífica" se a proposta é de tributação sobre estoque ou fluxo dos recursos, já que o texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 traz as duas possibilidades, segundo ele.

O diretor-executivo da IFI ainda lembra que a estimativa inicial do governo federal com a taxação de apostas eletrônicas era de algo entre R\$ 15 bilhões a R\$ 18 bilhões em 2024. "Agora se fala em menos de R\$ 1 bilhão;" Já o projeto de lei do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), na visão dele, é "uma coisa mais abstrata" e com impacto fiscal de difícil mensuração.

Secretário de Planejamento, Orçamento e Coordenação de Minas Gerais entre 1995 e 1998, Pestana relata que encontrou dificuldades durante o sua gestão para recuperar recursos da dívida ativa do Estado, descobrindo que grande parte das empresas com débitos já tinha falido. "São falsos ativos", diz.

Para o diretor da IFI e relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2017, "não há vontade nem maioria sólida" para realizar uma reforma administrativa "profunda" no Congresso.

Mas, mesmo que houvesse, isso "também não geraria resultado [fiscal] no curto prazo".

Por sua vez, a intenção do governo federal de passar um pente- fino em despesas como as ligadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) também deve enfrentar dificuldade, já que os números analisados pela IFI mostram que "houve aceleração" maior do que a prevista na execução dessas despesas. "A fila [do **INSS**] andou", afirma.

Assim, ele diz que ao governo pode não sobrar alternativa para cumprir a meta de resultado primário em 2024 a não ser cortando gastos discricionários, como custeio e investimentos.

No caso deste ano, Pestana acredita que há

argumentos favoráveis a não cumprir os pisos dos gastos com saúde e educação atrelados ao avanço da receita, já que o Orçamento de 2023 foi aprovado com base no teto de gastos. Em um prazo mais longo, afirma que a Emenda à Constituição dos Precatórios deixou uma "bomba fiscal de efeito retardado para 2027".

Ocupando há dois meses e meio o cargo atual, Pestana é formado em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UJFJ), onde já foi professor, assim como na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com o diretor-executivo da IFI, o fato de ele ser aliado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), não interfere na função de "pitbull" das contas públicas que o órgão precisa ter.

Pestana destaca ainda a importância da "equipe técnica e consistente" que forma a IFI.

"A intenção pode estar indo para um lado, e o resultado, para outro" Marcus Pestana

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187658?page=1§ion=1)**

Appy diz que adoção de tributação isonômica já teria efeitos positivos na distribuição de renda

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, defendeu nesta terça-feira que a simples adoção de um sistema mais isonômico de tributação entre os mais pobres e os mais ricos no Brasil já teria efeitos positivos na distribuição de renda.

Ao citar duas recentes medidas editadas pelo governo -- um projeto de lei de tributação das offshores e uma medida provisória de tributação dos fundos fechados --, Appy afirmou que a proposta do governo para reformar o sistema de tributação da renda de forma mais ampla ainda não está fechada, mas deve ser enviada no fim deste ano ou em 2024 para o Congresso.

Falando no seminário Tributação e Desigualdades no Sul Global: Diálogos sobre Justiça Fiscal, Appy ponderou, ainda, que ela deverá seguir a lógica de determinar um tratamento isonômico a todas as faixas de renda.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/appy-diz-que-adocao-de-tributacao-isonomica-jateria-efeitos-positivos-na-distribuicao-de-renda,998973b93f55a78d83263be87a2a7866m975zep9.html>

Tebet diz que equipe econômica está segura sobre meta de déficit, mas destaca papel do Congresso

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse nesta terça-feira que a área econômica do governo está muito segura em relação ao cumprimento da meta de déficit zero pelo lado da receita, mas que é preciso que o Congresso Nacional não eleve despesas com renúncias fiscais.

Sim, eu acredito na meta zero... nós temos muita segurança pela ótica da receita sobre a capacidade da equipe do ministro (da Fazenda, Fernando) Haddad de realmente conseguir as receitas necessárias para a meta zero, disse Tebet em entrevista à GloboNews.

Ela alertou, no entanto, que é preciso reconhecer que nós dependemos de o Congresso Nacional não aumentar despesas através de renúncias fiscais e subsídios tributários para que essa conta feche, em meio à pressão de vários setores econômicos pela inclusão de exceções na **reforma tributária** durante sua tramitação no Senado.

Ainda assim, Tebet reforçou que a equipe econômica está comprometida com a meta fiscal de déficit zero, mas lembrou que há uma banda de tolerância no arcabouço fiscal que abre possibilidade de rombo de até 28 bilhões de reais no ano que vem.

A ministra disse que, na atual situação fiscal do país, sobrou muito pouco para as despesas discricionárias e que o Brasil só poderá aumentar esses investimentos se a receita surpreender positivamente.

Mesmo com o aperto das contas, Tebet disse que a discussão sobre cortes de gastos públicos deve ficar apenas para 2024, e que para este ano o foco principal é a qualidade dos gastos e a recomposição das receitas.

Este é o ano de olhar pela receita, de recompor as receitas que nos foram tiradas de forma artificial pelo governo passado... e trabalhar com a qualidade dos gastos públicos, realocando no aspecto das despesas do Orçamento o dinheiro para onde é prioritário... A partir do ano que vem, com a secretaria nova de avaliação de gastos públicos... nós começaremos a falar também de cortes.

BC

Tebet voltou a dizer nesta terça-feira que defende a autonomia do Banco Central, mas criticou a autoridade monetária ao afirmar que o processo de redução de juros no Brasil demorou para começar.

A ministra disse que a equipe econômica do governo prevê que o BC cortará a taxa Selic, atualmente em 13,25%, em doses de 0,50 ponto percentual ao longo das próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), até chegar a 12% no final deste ano.

O Copom faz seu próximo encontro na semana que vem, nos dias 19 e 20, com ampla expectativa no mercado financeiro de redução de 0,50 ponto nos juros.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/tebet-diz-que-equipe-economica-esta-segura-sobre-meta-de-deficit-mas-destaca-papel-do-congresso,0bb59d9027ee4acc5e07950f3eb11ef6dsoeusd.html>

Reforma tributária: por que ficará mais caro manter ou consertar seu carro

Paula Gama *Colunista do UOL* 12/09/2023 04h00

A **reforma tributária** é o assunto do momento. Focada no consumo, ela tem dois grandes objetivos: reduzir a quantidade de **impostos** e por fim à sobreposição de **tributos** - quando um mesmo produto é taxado em diversas etapas da cadeia, da produção até a venda ao consumidor final.

Apesar da simplificação à vista, isso não significa que a carga tributária final será menor para o consumidor. Por se tratar de uma alíquota única, economistas preveem que os produtos industrializados ficarão mais baratos, enquanto os serviços aumentarão de preço.

No universo automotivo, é esperado, por exemplo, que os carros caiam de preço devido à simplificação dos **impostos**. Por outro lado, os serviços de manutenção devem ficar mais caros. Como a proposta de **reforma tributária**, aprovada na Câmara dos Deputados, ainda passará pelo Senado, é possível que o texto seja modificado, mas no momento atual, o que se estima é que, quando implantada, a carga nova tributária tenha variação entre 25% e 33%.

"De acordo com o texto que temos agora, não vamos ter uma mudança na carga tributária, mas uma adequação entre quem paga menos e quem paga mais. Se, somados, os **impostos** devem ficar entre 25% e 33%, os automóveis, que hoje recolhem mais **impostos** do que isso, serão beneficiados e ficarão mais baratos. Por outro lado, o serviço das oficinas, como uma simples troca de pneu, ficará mais caro, porque hoje a carga é menor. Por isso, no fim das contas, ainda não se sabe se ficará mais barato ou mais caro ter um carro na garagem com o passar dos anos", avalia o economista Igor Lucena.

O principal foco da **reforma tributária** é a simplificação, e não exatamente a redução de **impostos**. Essa mudança já é considerada por si só um enorme ganho, já que a burocracia brasileira já onera os negócios. O texto atual acaba com os **impostos** federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o municipal ISS.

No lugar deles, entram dois IVAs: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) substitui os **tributos** federais, enquanto o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) unifica e substitui ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Além disso, será criado um Imposto Seletivo, que incidirá sobre itens nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Outra novidade é o fim do imposto em cascata. Com a criação dos IVAs, será implantada a "não cumulatividade plena", ou seja, deixarão de ser cobrados **impostos** sobre **impostos**, uma prática que encarece os produtos e atrapalha a competitividade da economia brasileira.

O advogado Eduardo Natal, sócio do escritório Natal E Manssur, conselheiro da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (ABAT) e membro da Academia Brasileira de Direito Tributário (ABDT), explica que, mesmo que o texto seja aprovado, ainda passará por uma fase de testes em 2026, e só seria plenamente implementado em 2032.

"Será feito um teste no ano de 2026, instituindo-se uma alíquota de 1% para os novos **tributos** (0,1% para a CBS e 0,9% para o IBS, descontadas dos **tributos** atuais), a fim de identificar o potencial arrecadatório do novo modelo", explica.

Ele também alerta que o texto pode ter um "jabuti" importante. "Se o mundo ideal for alcançado, será uma carga tributária de 25% a 33% sobre o consumo, mas as empresas ainda pagarão **impostos** sobre renda, mão de obra - outras áreas que também impactam sobre o preço final de um produto. A questão é que no texto da reforma existe um tributo sobre a produção de semi elaborados como, por exemplo, borracha e couro tratado. É um jabuti no meio da reforma que, se mantido, gerará uma sobreposição de **tributos**, justamente o que queria se evitar", pondera Natal.

Outra questão que ainda precisa ficar mais clara é a possibilidade de alguns carros terem mais **impostos** que outros, por meio do Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos agressivos ao meio ambiente. "Essa definição virá de uma Lei Complementar, depois que a Reforma for aprovada. Mas é possível que os carros mais poluidores tenham um imposto extra", alerta.

Site: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2023/09/12/reforma-tributaria-carros-devem-baratear-mas-custara-mais-mante-los.htm>

"Não tem chance a tese de regionalizar a governança do Conselho Federativo"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, disse que o Estado é contra a proposta do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, de incluir o componente regional na governança do Conselho Federativo, órgão que vai gerir o novo imposto criado com a reforma - o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Sobre o risco de que haja mudanças no conselho na tramitação do projeto no Senado, ele destaca que houve um acordo na votação da Câmara. "A palavra vale", diz.

Veja a seguir a continuação da entrevista.

Quais os planos do Estado de São Paulo para a reforma tributária?

O Brasil é um país que gera incentivos equivocados, inclusive na distribuição espacial das firmas. Existem firmas produzindo em um determinado local simplesmente porque foi concedido um benefício tributário, em vez de estar onde era mais adequado para ela estar.

É um dos sintomas dessa guerra fiscal que existe há muitos anos. A questão tributária é central no processo de modernização que queremos fazer aqui, mas é mais amplo que só a reforma. O nosso objetivo é criar o melhor ambiente de negócios do Brasil, disparado.

Com ênfase no "disparado".

Por exemplo: vamos trazer para cá um modelo vitorioso no plano federal, que é a modernização da gestão da dívida ativa por meio do instrumento da transação tributária.

Como isso será feito?

Precisamos modernizar a administração tributária. Os dois principais pilares são o resgate do protagonismo paulista na questão tributária e a modernização. O Estado perdeu protagonismo? São Paulo foi acanhado nos últimos anos. Nas reuniões do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), isso fica muito claro.

Protagonismo é conseguir pautar o progresso e a

modernização do sistema tributário com boas ideias. São Paulo tem de se comparar a um Fisco moderno internacional. Temos de ter um Fisco cooperativo.

Existe uma visão antiga de fiscal de ser estritamente punitivo.

Existe excesso de contencioso.

Isso é custoso. No nosso tribunal administrativo aqui, o TIT (Tribunal de **Impostos** e Taxas), tem R\$ 118 bilhões em disputa e mais R\$ 390 bilhões inscritos em dívida ativa. Vamos dar incentivos econômicos para redução desses estoques. Mandamos o projeto para a Assembleia Legislativa, criando o programa Resolve Já (leia mais nesta página) para estimular a conformidade voluntária.

Além da questão do prazo de transição federativa, quais são as outras divergências nessa discussão?

Tínhamos uma preocupação muito grande em preservar a autonomia dentro de um IVA dual, com a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) da União e o IBS dos Estados e municípios. Será que todo o dinheiro da arrecadação precisa ir para essa agência centralizadora, para esse Conselho Federativo? Pensa nesse exemplo: uma firma paulista que vende para o consumidor paulista. Esse imposto deveria ir para o conselho ou poderia ficar no Fisco paulista?

Propusemos uma câmara de compensação.

Mas essa não prosperou e o Tarcísio cedeu...

O governador negociou uma governança mais representativa no Conselho Federativo.

Acerto que querem mudar agora na votação no Senado.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, tem uma proposta alternativa para a governança do conselho, que considera a região.

Não tem nem chance. A gente não quer isso.

Por que o sr. acredita que o modelo do governador Leite é ruim para São Paulo?

Por que é bom para o Rio Grande?

Eu faço a pergunta. É bom porque ele terá um voto de cinco das regiões do Brasil. É por isso que eles querem. O Rio Grande do Sul vai comandar a região Sul, e a região vai ter um voto das cinco. É tão simples quanto isso. Eles tentaram isso no preâmbulo da reforma.

O que São Paulo propõe? O relator da reforma no Senado, senador Eduardo Braga (MDBAM), indica que vai mudar a governança do conselho.

Não sei, vamos ver.

O sr. tem uma alternativa?

A alternativa é que os 44,4 milhões de brasileiros que vivem em São Paulo sejam representados.

Essa foi a combinação com o presidente Arthur Lira (da Câmara) e com o ministro Fernando Haddad (Fazenda). Se for outra, a gente volta a conversar.

Não vai voltar para a Câmara?

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

"Uma transição de 50 anos não é razoável"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

ENTREVISTA: Samuel Kinoshita, Secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo

O secretário de Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, considera excessivo o prazo de transição estabelecido para a **reforma tributária** aprovada na Câmara e agora em tramitação no Senado, e defende que ele caia de 50 para 10 anos. Em entrevista ao Estadão, Kinoshita disse que São Paulo já discute essa redução com os Estados mais interessados, como os do Nordeste e o Rio de Janeiro. "Nós não achamos razoável uma transição de meio século para nada no Brasil", afirma. O prazo da transição é o tempo que levará para a cobrança do imposto passar da origem (onde os bens são produzidos) para o destino (onde são consumidos).

Veja os principais trechos da entrevista.

Qual será o posicionamento de São Paulo nas negociações da **reforma tributária** agora no Senado?

Ao contrário dos últimos governadores de São Paulo, que se manifestaram contra (a reforma) por entender que o Estado perderia numa mudança da tributação da origem para o destino, nós acreditamos que essa mudança vai possibilitar o fim da guerra fiscal deletéria e da perda de produtividade. Essa guerra tem um custo elevado para São Paulo. São Paulo, por ser um grande Estado produtor, instantaneamente, pode perder alguma coisa? É possível.

A Secretaria de Fazenda já tem a conta?

Sim.

Não pode revelar?

Não, porque é estratégico do ponto de vista negocial.

Os críticos da reforma apostavam que o governador Tarcísio de Freitas seria uma pedra no caminho...

Eles erraram. O governador tem uma agenda reformista e está olhando para frente. E eu tenho uma prova disso. A regra de transição de receitas (da cobrança dos **impostos** no destino, e não na origem dos produtos, como é hoje) é de meio século. Essa é a proposta deles. Sabe o que eu digo? Eu quero uma regra de dez anos. Estamos conversando com os Estados do Nordeste e com o Rio de Janeiro sobre

isso.

Por que São Paulo quer um prazo menor?

O que você conhece no Brasil que durou meio século? Não tem um ano que não tem três, quatro problemas. O incentivo a se instalar em São Paulo será muito grande. Temos a melhor infraestrutura. Não quero falar mal de ninguém, mas temos as melhores estradas, o melhor capital humano e acesso ao grande mercado consumidor. Se não tiver guerra fiscal, onde as firmas vão se instalar? As firmas vão querer se localizar aqui. E não vai demorar.

Essa é a nossa crença.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Empresas vão à Justiça para acelerar liberação de créditos de ICMS

Adriana Aguiar De São Paulo

Empresas no Estado de São Paulo têm apostado em ações judiciais e programas fiscais para tentar reduzir o volume de créditos acumulados de ICMS - em dezembro, o estoque alcançava R\$ 4,4 bilhões.

Esse movimento ganhou força com o texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, que prevê simplificação do sistema, mas também um longo prazo para uso do saldo credor, além de menor correção monetária.

Em razão dos valores acumulados atualmente, essas mudanças podem trazer forte impacto para empresas do país inteiro. Só as de capital aberto, que fazem parte da B3, têm R\$ 46,3 bilhões em créditos de ICMS, segundo levantamento realizado pelo escritório de advocacia ButtiniMoraes, com base nos resultados financeiros do quarto trimestre de 2022.

Se a reforma for aprovada como está, com o fim do ICMS, em 2033, o saldo desses créditos poderá ser compensado com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em 240 parcelas (20 anos). A correção monetária passa a ser pelo IPCA (de 5,79% em 2022). Hoje é pela Selic, que está em 13,25%.

"As empresas estão preocupadas.

O prazo de 20 anos não é razoável, nem mesmo uma correção inferior à Selic", diz o advogado Thiago Amaral, do escritório Demarest, que espera alterações nesses pontos pelo Senado.

Por conta desse cenário, os advogados passaram a registrar uma maior procura das empresas para a liberação desses créditos. E esse movimento, segundo eles, ainda deve crescer caso a reforma seja aprovada como está. "Até porque há um risco de calote", afirma João André Buttini de Moraes, sócio do ButtiniMoraes.

Esses créditos são gerados quando o contribuinte compra uma mercadoria e a revende. É o caso das exportações, que são isentas de **tributos**, e das vendas para outros Estados, que podem ter alíquota menor do imposto. Eles podem ser usados hoje para reduzir o valor do ICMS a recolher, pagar fornecedores - na aquisição de bens e insumos -, ser transferidos para empresas interdependentes, que têm o mesmo

sócio, ou vendidos para terceiros.

Em São Paulo, existe previsão legal de prazo de 120 dias para a Fazenda analisar a transferência dos créditos (artigo 33 da Lei nº 10.177, de 1998). Quando esse prazo não é cumprido, os contribuintes recorrem ao Judiciário - movimento que agora ganhou força com a **reforma tributária**.

Um dos casos foi julgado recentemente pela 9ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). O pedido foi apresentado por uma empresa com 48 requerimentos de pedidos de transferência de créditos acumulados de ICMS, apresentados entre janeiro e março de 2020.

A sentença, em razão da demora, deu prazo de 60 dias para a análise desses pedidos, o que foi confirmado pelo tribunal (processo nº 1013640-27.2022.8.26.0602). Na decisão, o relator, desembargador Rebouças de Carvalho, cita diversos precedentes nesse sentido (processos nº 1027902-85.2021.8.26.0482, nº 1024938-22.2021.8.26.0482 e nº 1003751-32.2021.8.26.0037).

Outras empresas, que são exportadoras e acumulam muitos créditos de ICMS, também acabam entrando na Justiça, com base no o parágrafo 1º, do artigo 25 da Lei Kandir. A norma diz que a transferência desses créditos seria autoaplicável, sem necessidade de autorização do Fisco.

Nesse sentido, existem diversas decisões. Entre elas, uma recente da 2ª Câmara de Direito Público do TJSP. Os desembargadores mantiveram sentença que garantiu à empresa a imediata transferência de créditos de ICMS para estabelecimento não interdependente.

No caso, a Fazenda já tinha deferido a apropriação desses créditos - 93% do montante tem origem em exportação.

Segundo a relatora, desembargadora Vera Angrisani "a demora na conclusão dos pedidos e consequente efetivação das transferências (também incontroversa), tampouco se justifica, não vingando no argumento de que o exercício do direito do contribuinte pode ser obstado pelo juízo de oportunidade e conveniência da autoridade" (processo nº 1041952-11.2022.8.26.0053).

João André Buttini de Moraes, que atuou no processo, afirma que esses pedidos têm sido frequentemente concedidos. E essa argumentação, acrescenta, pode ser utilizada em qualquer Estado. "Inclusive o STJ [Superior Tribunal de Justiça] reconhece esse direito. Se o crédito já foi auditado pelo Fisco e foi deferido, o Estado não pode mais interferir nessa transferência para terceiros", diz.

Outro caminho trilhado em São Paulo é o da adesão a programas que preveem a liberação de créditos de ICMS de forma mais rápida. Segundo Buttini, o Estado é o único com programas para acelerar essas operações - como o ProAtivo e o Nos Conformes, que trazem vantagens a "bons contribuintes". Mas, acrescenta, os valores liberados são limitados e a empresa tem que preencher certos requisitos para participar.

O ProAtivo, o Programa de Ampliação de Liquidez de Créditos a Contribuintes com Histórico de Aquisições de Bens Destinados ao Ativo Imobilizado, é destinado aos contribuintes que dispõem de créditos acumulados. Foram feitas oito rodadas de negociações, cada uma com determinados setores. No programa, já foram liberados R\$ 2,7 bilhões de créditos acumulados, desde o início de 2022.

O programa Nos Conformes, criado em 2018, foi recém-regulamentado pelo Decreto nº 67.853, de julho, para tratar das contrapartidas que o Estado passou a oferecer aos contribuintes com boa classificação - os chamados bons pagadores de **impostos**. Aqueles com nota A ou A+ terão autorização para apropriação de crédito acumulado e renovação de regime especial de tributação mediante procedimentos simplificados. Os contribuintes com B terão direito a se apropriar de 50% do crédito acumulado por meio de procedimentos simplificados.

Além deles, existe o Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor (Proveículo Verde), que já tem adesão da Toyota. A montadora vai investir R\$ 1,7 bilhão em uma fábrica na região de Sorocaba para a produção de veículos menos poluentes - híbridos (elétricos e flex) - e, em contrapartida, terá facilidades na liberação de créditos acumulados de ICMS.

Segundo o secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita, a atual gestão está investindo na modernização da administração tributária, na melhoria do ambiente de negócios, que pode aumentar a geração de empregos, e na construção de uma boa relação com os contribuintes, além de tentar elevar a arrecadação.

O Estado aposta na ampliação dos programas já existentes, afirma Kinoshita, e também em dois projetos de lei encaminhados à Assembleia Legislativa pelo governo, em regime de tramitação de urgência. O PL nº 1245, institui a chamada transação tributária, que permitiria o pagamento de débitos tributários com créditos de ICMS. Hoje a dívida ativa do Estado está em R\$ 380 bilhões.

Já o projeto nº 1.246 cria o "Resolve Já", que amplia o prazo para pagamento de valor previsto em auto de infração com desconto. Hoje o contribuinte tem prazo de até 30 dias.

Com a mudança, poderia quitar o devido com redução do valor da penalidade até a inscrição em dívida ativa, com descontos regressivos. A ideia é diminuir o contencioso. Hoje, há 5.834 autuações cobrando R\$ 117,5 bilhões. Também poderiam ser usados créditos de ICMS.

"As empresas estão preocupadas. O prazo de 20 anos não é razoável" Thiago Amaral

Site: <https://valor.globo.com/virador#/editions>

Relator da reforma tributária na Câmara descarta contaminação da discussão por tributação de fundos

11/09/2023 20h47

Por Maria Carolina Marcello

BRASÍLIA (Reuters) - O relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afastou nesta segunda-feira a possibilidade de a discussão da **reforma tributária** ser contaminada pelo debate das propostas de tributação de fundos.

Segundo o deputado, é necessária uma avaliação do impacto tanto do projeto de lei de tributação das "offshores" quanto da medida provisória de tributação dos fundos fechados, para que os congressistas definam sua opinião, mas ao mesmo tempo há um consenso no Congresso sobre a necessidade da **reforma tributária**.

"São medidas que nós precisamos nos aprofundar. Elas têm impactos e nós precisamos mensurar esses impactos de fato", disse o relator em evento promovido por Arko Advice, Nomos e TC.

"Não acho que isso vá contaminar o debate da **reforma tributária** do consumo, até porque todo mundo está esperando para o ano que vem uma proposta de **reforma tributária** sobre a renda... e do ponto de vista estruturante", acrescentou.

No fim de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória para instituir uma tributação periódica sobre os rendimentos de fundos exclusivos de investimento. Também foi editado um projeto de lei prevendo a tributação de offshores.

A edição das duas propostas resultou de negociações do governo com o Congresso Nacional, mais especificamente com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/09/11/relator-da-reforma-tributaria-na-camara-descarta-contaminacao-da-discussao-por-tributacao-de-fundos.htm>

Especialista vê risco de que tributos gêmeos da Reforma Tributária fiquem cada um com uma cara

Eduardo Cucolo

O Senado pode evitar que dois **tributos** gêmeos criados pela **Reforma Tributária** se tornem irremediavelmente distintos entre si. Para isso, seria necessário fazer ajustes no texto aprovado na Câmara dos Deputados em julho.

Essa é a avaliação do tributarista Marcus Lívio, sócio do escritório Salomão Advogados. Ele é também um dos cinco especialistas escolhidos para dar suporte técnico ao grupo de trabalho da **Reforma Tributária** da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Lívio coordenou ainda o Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro, iniciativa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que resultou em oito projetos de lei que visam prevenir litígios e propor métodos para solucioná-los.

A PEC 45/2019, que trata da **reforma tributária**, previa originalmente a fusão de cinco **tributos** em apenas um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) sobre bens e serviços dividido por União, estados e municípios.

A versão aprovada na Câmara em julho passou a trabalhar com dois: uma contribuição federal (CBS) e um imposto controlado por governadores e prefeitos (IBS). A separação em dois **tributos** era uma proposta do próprio Senado que foi acolhida pelos deputados.

"A PEC 45 prevê que o IBS e o CBS serão **tributos** gêmeos. Terão o mesmo fato gerador, a mesma base de cálculo, as mesmas regras de imunidade, as mesmas isenções e tudo mais. O grande problema é que o projeto original era pensado para um IVA único. Tomou-se a decisão de fazer um IVA dual, separando IBS e CBS, mas não se atentaram à possibilidade de conflitos processuais ou possíveis contenciosos", afirma o tributarista.

O primeiro conflito, segundo ele, se dará na regulamentação da reforma, esperada para 2024.

A Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, do Ministério da Fazenda, prevê que esses dois novos

tributos serão regulados por uma única lei complementar. Mas o texto da PEC dá poder à União para regular a CBS e diz que a iniciativa de lei complementar que trate do IBS caberá ao Conselho Federativo formado por estados e municípios.

"Teremos duas leis complementares, causando possíveis assimetrias e distanciamento entre esses dois **tributos** gêmeos, ou uma única lei para regulamentar os dois **tributos**, o que seria o ideal. Mas o texto da PEC 45 não deixa isso claro."

Segundo o tributarista, mesmo se for editada apenas uma legislação complementar, pode haver conflito a partir da edição de outras normas, caso **Receita Federal** e Conselho Federativo tenham poderes para fazer cada um sua própria interpretação dessa legislação.

Posteriormente, os questionamentos dos contribuintes serão analisados pelo **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** em relação à CBS e por um tribunal administrativo vinculado ao Conselho Federativo nos julgamentos do IBS. Haveria então a possibilidade de duas jurisprudências administrativas, uma para cada tributo.

O mesmo pode ocorrer no Judiciário. Casos referentes à CBS irão para a Justiça Federal. Para o IBS, a competência será da Justiça Estadual.

O tributarista afirma que um bom caminho seria trazer tudo para a esfera federal, ou seja, que a **Receita Federal** fizesse uma regulamentação única para IBS e CBS.

Ele diz que, se não houver uma alteração na PEC unificando a regulamentação, seja ela feita toda pela União ou toda pelo Conselho Federativo, unificando o julgamento administrativo e a competência na Justiça Federal ou Justiça Estadual, a **Reforma Tributária** vai gerar um contencioso derivado desses aspectos processuais.

"Podemos ter dois diplomas regulamentadores, que vão gerar duas interpretações. Teremos dois órgãos [administrativos] de julgamento distintos e, depois, se

tivermos conflitos judicializados, teremos duas Justiças competentes. A gente vai ter um distanciamento natural dos dois **tributos**", afirma o tributarista.

Lívio diz que pretende levar essas preocupações ao grupo de trabalho da reforma na CAE, coordenado pelo senador Efraim Filho (União-PB). A comissão trabalha em conjunto com o relator da reforma no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM).

"Pretendo levar essas preocupações a ele [Efraim], de forma que a gente possa fazer essa harmonização ainda agora na fase de tramitação no Senado da PEC 45. Esses problemas só podem ser resolvidos na PEC. A lei complementar não tem como resolver. Se não for agora, o problema já está posto."

O IVA Dual fazia parte da PEC 110, proposta de **reforma tributária** apresentada pelo Senado. Segundo Lívio, essa proposta também não previa uma solução para esses conflitos de competência.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/senado-pode-evitar-que-tributos-gemeos-do-iva-dual-acabem-diferentes-diz-especialista.shtml>

Avaliação do gastos também vai visar déficit zero, diz secretário

Alexa Salomão

A avaliação de políticas públicas implantada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento não vai ficar restrita a traçar metas de longo prazo, diz Sergio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos da pasta

Vai também reavaliar gastos orçamentários, na busca do déficit zero proposto para 2024 pelo Ministério da Fazenda .

"O compromisso desse governo é o déficit zero. O Planejamento e a avaliação vão entrar ativamente no processo de garantir essa meta. A gente quer garantir racionalidade para esse processo. Queremos trazer mérito para a discussão do Orçamento, olhando para a efetividade da política e os aspectos distributivos ", diz Firpo.

"A gente quer melhorar a qualidade do gasto, e a ministra [Simone Tebet] já disse que vamos usar a avaliação para aperfeiçoar a política pública. Eventualmente, a avaliação pode ser usada para corte de gastos, desde que haja esse comando -e acho que existe esse comando", afirma Firpo.

Para os próximos anos, o secretário diz que será adotada uma nova ferramenta para avaliação do gasto dentro das políticas públicas de cada ministério.

Segundo ele, ela vai permitir avaliar, "a partir de decisões de governo, se será preciso revisar e como revisar o Orçamento, ou seja, definir qual será o peso orçamentário para cada política".

Depois do seminário sobre avaliação de políticas públicas, o governo demonstrou que implementou um novo processo, mas não está muito claro ainda o que isso efetivamente muda na prática, especialmente nas contas públicas. Poderia explicar o que vem a seguir?

Há coisas diferentes para se considerar. As avaliações são úteis para quem toca as políticas aperfeiçoá-las. Isso vai permitir o redesenho da política no sentido mais amplo, algo que não ocorria.

O CMAP [Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas], por exemplo, foi criado em 2019, mas já existiam versões dele em 2015. É algo que veio

por Dilma, **Temer**, Bolsonaro, até Lula. No entanto, o uso das avaliações foi sempre mais fiscalista.

A outra coisa é como isso entra no processo de revisão dos gastos. Em vez de fazer um corte linear do gasto quando necessário , pode fazer um corte a partir da qualidade de cada política. Antes, o gestor não necessariamente aprendia algo sobre aquela política pública.

Nesse aspecto, a gente tem avaliações de subsídios e de gastos diretos. Nas de subsídios, a gente já apresentou a questão em boletins. Teve o boletim sobre cesta básica e o de medicamentos. Publicamos pensando em embasar discussões na **Reforma Tributária**. Temos outros estudos que serão lançados no tempo certo.

A **Reforma Tributária** foi fatiada, então, na hora que chegar a discussão do Imposto de Renda , vamos ter alguns estudos sobre ele, assim como também teremos um sobre folha de pagamento. A ministra quer que o Planejamento se posicione sobre agenda verde, então vai vir algo sobre clima e meio ambiente para soltar neste segundo semestre.

No que se refere a revisão de gastos, o governo acabou de enviar o projeto orçamentário do ano que vem. Vocês chegaram a contribuir?

Para este projeto, a gente não deu uma contribuição clara. Mas a gente quer garantir que as próximas peças orçamentárias se beneficiem do processo de revisão de gasto que envolve a avaliação.

Como isso vai funcionar?

A gente está construindo dentro da SMA, junto com a SOF [Secretaria de Orçamento Federal], uma ferramenta para avaliar e aperfeiçoar as políticas nos ministérios.

A partir de uma decisão do governo, ela vai permitir uma orientação sobre o que revisar, onde revisar e como revisar as políticas de cada ministério. Ou seja, definir qual será o peso orçamentário para cada política. A princípio, isso funciona mesmo sem corte de gasto. Eu tiro de uma política para colocar em outra que seja meritória dentro de critérios claros e objetivos.

Vai na linha do que diz a ministra Simone Tebet: que talvez não seja necessário cortar, mas, sim, realocar o gasto?

A gente quer melhorar a qualidade do gasto, e a ministra já disse que vamos usar a avaliação para aperfeiçoar a política pública. Isso é uma coisa. Eventualmente, a avaliação pode ser usada para corte de gastos, desde haja esse comando -e acho que existe esse comando. Tem uma meta de primário zero, ou seja, a gente tem que bater despesas com receitas.

O que o sr. está dizendo é que vai ter uma atuação mais ativa para cumprir a meta de déficit zero para 2024?

O compromisso desse governo é o déficit zero . O Planejamento e a avaliação vão entrar ativamente no processo de garantir essa meta. A gente quer garantir racionalidade para esse processo. Queremos trazer mérito para a discussão do Orçamento, olhando para a efetividade da política e os aspectos distributivos.

É preciso lembrar que tanto o ministro Fernando Haddad quanto a ministra Simone Tebet têm os discursos das esteiras. A esteira das receitas e a das despesas. O Planejamento pode contribuir para que a esteira das despesas rode de uma maneira que ajude no déficit zero.

A avaliação das políticas também permite que você saiba onde vai achar espaço fiscal, se precisar.

A avaliação da política, então, a depender do resultado, permite a redução do gasto ou até a sua extinção?

Ou isso, ou o aprimoramento dessa política, o que permite ganhos de eficiência .

Às vezes, por falta de focalização, o Estado usa mais recurso do que o necessário para atender uma determinada população. Se mudar a forma de inserir no cadastro os potenciais beneficiários, por exemplo, pode haver algum ganho. Diversas políticas podem se beneficiar desse tipo de abordagem.

Pode ocorrer o contrário também. O Estado quer atender um grupo, mas não está sendo eficiente para chegar a todos. Nesse caso pode ter de gastar até mais.

No entanto, tudo isso precisa vir de uma avaliação prévia, a partir de conversas com os gestores de cada política, em cada ministério.

Quando vocês começam?

Já para o próximo ciclo do Orçamento de 2024. Tem um decreto do presidente que criou um grupo de trabalho interministerial, comandado pelo próprio Ministério da Previdência, para analisar os gastos previdenciários . A gente não sabe o que vai vir disso, mas vamos pôr a mão na massa. Essa análise, junto com os gestores, talvez nos dê oportunidades já para este ano.

Para os anos seguintes, a partir de 2025, vamos ter aquela ferramenta que mencionei. Queremos que esteja pronta já no final deste ano.

Será um software?

Basicamente, será um processo com parâmetros de avaliação, quase um fluxograma. Vai incluir medidas como avaliar por pesquisas, conversar com gestores nos ministérios, conferir resultados com grupos de especialistas e, eventualmente, propor aprimoramentos. Estou fazendo uma síntese bem enxuta, OK?

No mundo da política pública se diz que existe o que deve ser feito e o que é politicamente possível. Essa ferramenta vai resolver isso?

A discussão política sempre vai existir, mas a gente precisa ter um processo anterior, mais adequado, antes que uma proposta chegue ao escrutínio político.

Por exemplo. Quer rever os gastos? OK. Mas a ferramenta está dizendo que neste ministério é melhor que não. Nesse outro, pode mexer.

O governo tem apresentado novas propostas, que impactam o gasto. Um exemplo, a ampliação do teto do MEI [Microempreendedor Individual]. A secretaria foi chamada para avaliar?

Não passou pela gente.

Esse tipo de decisão teria de passar por aqui?

A gente gostaria muito, mas sabemos que nem todas as decisões vão. As do Congresso são um exemplo. Os parlamentares acabaram de prorrogar a desoneração da folha. Existem estudos que dizem que é uma política efetiva, outros dizem que não contribuem para a geração do emprego. Não avaliamos. Foi uma decisão soberana do Congresso.

Sergio Firpo, 53

Doutor em economia pela Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA). Foi professor assistente de economia na Universidade da Colúmbia Britânica

(2003-2006) e na PUC-Rio (2004-2008) e professor associado da Escola de Economia de São Paulo - FGV (2008-2015) antes de ingressar no Insper em 2016. Suas principais áreas de estudo são microeconometria, avaliação de políticas, economia do trabalho, do desenvolvimento e da política empírica.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/avaliacao-do-gastos-tambem-vai- visar-deficit-zero-diz-secretario.shtml>

Câmara e Senado travam nova disputa por protagonismo

Por Raphael Di Cunto, Julia Lindner, Marcelo Ribeiro e Caetano Tonet - De Brasília

Em uma reedição do que aconteceu meses atrás, a Câmara e o Senado iniciaram nas últimas semanas uma nova disputa pelo protagonismo na agenda de votações. Desta vez, a briga envolve principalmente o projeto que regula o mercado de carbono, a proposta que altera regras para a participação de militares na política, e a minirreforma eleitoral.

A Câmara tenta puxar para si o início da tramitação do projeto que trata da regulação do mercado de carbono no país. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), tem alegado que, já que o Senado está com a **reforma tributária**, os deputados deveriam se debruçar sobre a pauta verde, que ele anunciou como prioridade do semestre.

A agenda, no entanto, também é vista como uma das bandeiras do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e está em estágio mais avançado na Casa. O próprio governo demonstrou simpatia com a possibilidade de propostas suas para o tema serem incorporados no parecer da relatora no Senado, Leila Barros (PDT-DF).

O início da tramitação é importante porque quem começa as discussões do projeto de lei também dá a palavra final.

Leila tem evitado entrar no embate com Lira. Por enquanto, a orientação de pessoas ligadas a ela é não tensionar o clima. Há uma avaliação de que, por ora, a situação está sob controle.

Leila apresentou seu relatório na última semana. Na ocasião, a parlamentar disse que o texto foi "fruto de um consenso" com o governo.

O projeto para regular o mercado de carbono da Câmara está parado desde 2021, aguardando troca da relatoria, enquanto o do Senado já está mais adiantado na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Se passar na CMA, o texto segue direto para a Câmara.

Por ora, a relatora na Câmara é a deputada bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP), o que é visto com resistência pelo governo, mas Lira se comprometeu com a escalção de outro nome para o posto. O

deputado Aliel Machado (PV-PR) é o mais cotado.

No Congresso, deputados lideram discussão sobre a minirreforma eleitoral

Deputados relataram incômodo com o movimento do governo em dar preferência por enviar suas sugestões ao Senado.

Há ainda a divergência sobre o formato do texto. Deputados alertam que a versão apresentada pelo governo ao Senado deixa muitos pontos para serem regulamentados por decreto. Eles destacam que isso deixaria o campo aberto para que governos menos comprometidos com a pauta ambiental alterassem a legislação com mais facilidade. Representantes do setor compartilham a mesma preocupação.

Outro ponto sensível é a PEC dos militares, que gerou desconforto inclusive entre setores do PT pelo fato de o governo ter priorizado o Senado para começar a tramitação.

Já havia um texto sobre o tema na Câmara relatado pelo petista Carlos Zarattini (SP), mas a avaliação do Palácio do Planalto foi de que a proposta seria muito ampla.

Por isso, o governo incumbiu seus líderes no Senado e no Congresso de coletarem assinaturas para uma nova PEC, o que já está ocorrendo. A relatoria do texto será definida pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP). O texto começará a tramitar pelo colegiado.

Ainda assim, no Senado existe um sentimento de que o texto sobre os militares deve sofrer alterações na Câmara, que já indicou intenção de deixar sua marca. Uma das modificações esperadas é incluir os policiais militares.

O presidente do Senado tem sido pressionado a defender a autonomia da Casa e a assumir maior protagonismo em temas relevantes. No caso do projeto da reforma do Código Eleitoral, Pacheco pediu ao relator Marcelo Castro (MDB-PI), que não apresentasse seu parecer em julho, quando o texto ficou pronto.

A ideia de Pacheco era esperar até que Castro se

reunisse com Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para receber sugestões sobre combate às fake news. O encontro não ocorreu até hoje.

Com isso, a avaliação é que o Senado deu margem para que a Câmara liderasse a articulação pela proposta mais uma vez.

Os deputados tomaram frente na discussão sobre a questão eleitoral, através de um grupo de trabalho, para viabilizar ao menos o que fosse de consenso até outubro, quando vence o prazo das alterações para o pleito de 2024.

Há cerca de duas semanas, Marcelo Castro esteve na casa do presidente do Republicanos, Marcos Pereira, e outros presidentes de partidos. E sugeriu incluir no seu texto os pontos prioritários para as siglas para o próximo ano e facilitar a tramitação.

A equipe de Castro também tem participado das reuniões do grupo de trabalho na Câmara em busca desse entendimento.

Na semana passada, o relator do grupo de trabalho na Câmara, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), admitiu a possibilidade de o conteúdo construído pelo colegiado ser absorvido pelo relatório de Castro.

Alguns senadores reclamam que o Senado tem "dormido no ponto" e "cochilado" na condução de propostas relevantes.

Nos bastidores, aliados de Lira avaliam que a postura menos combativa de Pacheco reflete pretensões do mineiro para seu futuro. Para eles, o senador do PSD "já atua sonhando com uma vaga no Supremo [Tribunal Federal]". Aliados do presidente do Senado ainda creem que ele poderia ser uma opção para a Corte no futuro. Outra alternativa seria disputar o governo de Minas Gerais.

Há também a leitura de que Lira trabalha para concentrar o maior número de realizações em sua segunda gestão à frente da Mesa Diretora da Câmara, pois espera chegar ao Senado "com histórico que o coloque em um posto de destaque na Casa". O alagoano deve concorrer ao cargo de senador em 2026.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/09/11/camar-a-e-senado-travam-nova-disputa-por-protagonismo.ghtml>

Como funcionam os fundos de super-ricos e por que estão na mira do governo

Fernando Barbosa Colaboração para o UOL, em São Paulo 11/09/2023 04h00

Taxar fundos que milionários usam para gerenciar suas fortunas é uma das formas que o governo busca para tentar aumentar a sua arrecadação. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estruturou um projeto para taxar os fundos fechados, entre eles os chamados fundos exclusivos.

Só fundos fechados exclusivos serão afetados. Com só um cotista, esses fundos têm investimentos de, pelo menos, R\$ 10 milhões.

Resgates são diferentes. Nesses fundos, não é possível resgatar os valores antes da data de vencimento, salvo alguma exceção. Além disso, a tributação é apenas no resgate, sem o come-cotas. Nos fundos abertos, por outro lado, investidores podem entrar e sair do fundo a qualquer momento, e há taxaçaõ duas vezes por ano.

Não afeta outros fundos. A Medida Provisória exclui investimentos como os fundos imobiliários (FIIs), Fundos de Investimento do Agronegócio (Fiagros), investimentos no exterior em Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEE), Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE) e os fundos de índices (ETFs) de renda fixa .

Modelo deve ser similar ao regime de come-cotas. Nesse regime, os cotistas de fundos abertos são tributados duas vezes por ano, em maio e novembro, com alíquotas que variam entre 20% a 15%, dependendo do prazo de alocação do fundo.

A medida ainda precisa passar por aprovação do Congresso - e pode enfrentar resistência. O cenário é diferente do que ocorreu na **reforma tributária**, quando a iniciativa que simplifica a cobrança de **impostos** sobre o consumo foi aprovada por ampla maioria na Câmara. Além disso, especialistas citam que os investidores podem recorrer a aplicações não afetadas, como os fundos de previdência.

Fundos exclusivos são voltados para ricos. São uma das modalidades de fundos fechados, e concentram apenas um investidor com patrimônio a partir de R\$ 10 milhões.

Eles são usados para definir o seu planejamento patrimonial ou a sucessão para herdeiros. Como benefícios, oferecem a flexibilidade para a alocação dos recursos e a possibilidade de compensar as perdas e ganhos dos investimentos.

Há 1.650 fundos exclusivos no país. Entre eles, estão fundos de multimercado, FIP, FIIs, ações, de renda fixa e os Fundo de investimento em Direitos Creditórios (FDICs). Eles possuem R\$ 260,2 bilhões em ativos sob gestão. A maior parte está concentrada nos fundos multimercados, com R\$ 137,8 bilhões. Os dados são do hub financeiro independente TradeMap.

Fundos exclusivos captaram R\$ 44,9 bilhões em 2023. No ano passado, esses fundos captaram R\$ 13,5 bilhões.

Decisão do governo é acertada, dizem especialistas. Bruno Gomes, advogado tributarista e sócio da Jive Investments, diz que muitas vezes os fundos contam com ativos de baixa liquidez (em que o dinheiro não fica disponível facilmente) e cujos ganhos não são facilmente percebidos pelo investidor.

Mas outros fundos deveriam ser excluídos da regra de come-cotas, diz ele. São exemplos os FDICs, que costumam investir em empresas em dificuldades financeiras, recuperação judicial , precatórios ou até mesmo startups. Na prática, esses fundos são um instrumento de financiamento em momentos de crise ou pouca disponibilidade de crédito. No entanto, são fundos de alto risco, e seu fluxo de caixa é incerto. Na forma como a regra está marcada na MP, esse rendimento vai ser tributado, mas o fundo sequer vai ter caixa para quitar o imposto. "Essa é uma questão séria que acho que não foi identificada pela equipe econômica", diz Gomes.

Investidores podem recorrer a alternativas. É a opinião de Marco Saravalle, analista e sócio-fundador da Sara Invest. "É lógico que, dependendo do uso dos fundos exclusivos, pode ser que o investidor utilize outras estruturas. Se for um instrumento de sucessão patrimonial, pode ser que ele use os fundos de previdência como saída", diz.

O governo procura novas formas de aumentar a arrecadação. O objetivo é cumprir a meta de zerar o

déficit fiscal do país em 2024. A estimativa é arrecadar R\$ 23,8 bilhões até 2026. A equipe econômica pretende arrecadar R\$ 3,21 bilhões já em 2023. O dinheiro viria justamente da taxaçoão dos fundos exclusivos. Também há um projeto de lei, enviado ao Congresso, que busca taxar os rendimentos de aplicações em offshores.

Governo fala em "injustiça tributária" a favor dos fundos fechados. Como eles não pagam **impostos** até o vencimento, esse dinheiro pode ser reinvestido pelo fundo, que acaba rendendo mais e tendo mais vantagem em relação aos abertos, diz o texto da MP.

Ideia é deixar **impostos** mais justos. Nessa discussão, a taxaçoão de grandes fortunas faria os mais ricos pagando uma fatia proporcionalmente maior, de acordo com seus vencimentos, enquanto a fatia mais desassistida da população pagaria menos.

Quer se aposentar cedo, viver de renda e ter uma vida tranquila? Investir pensando na aposentadoria é um sonho comum. Mas o que muitos não sabem é que planos de previdência não são os únicos produtos que podem ajudar com esse objetivo. O UOL tem um aulão sobre o tema "Como se aposentar sem depender do **INSS**". Serão três lives ao vivo, e assinantes podem rever as aulas quantas vezes quiserem.

Veja aulas passadas. A primeira live foi sobre como se preparar para a aposentadoria - e por que é importante começar a investir já . Já a segunda falou sobre as diferentes modalidades de previdência privada.

Assista ao aulão no Papo com Especialista, programa ao vivo do UOL, todas as quintas-feiras, das 16h às 16h40 . Assine aqui e participe!

A última série do Papo com Especialista foi sobre como chegar a R\$ 1 milhão - ou qualquer outro valor - e investir seu dinheiro de acordo com seu perfil, sonho e prazo. Para saber mais, acesse "Quer ser milionário? Veja como investir e o que não te contam" .

Você quer aprender a ganhar dinheiro com segurança em investimentos no curto, médio e longo prazo, mesmo que nunca tenha investido? O UOL tem uma newsletter diária gratuita que o ajuda nesse objetivo. Assine o Por Dentro da Bolsa aqui . Você recebe todos os dias, antes da abertura da Bolsa, uma análise do mercado feita pela equipe do PagBank Investimentos para aprender a investir melhor.

Você também recebe, semanalmente, uma análise sobre investimentos, com dicas sobre como aplicar melhor o seu dinheiro. Para assinar a newsletter gratuita de investimentos do UOL, é só clicar aqui. UOL Investimentos ainda tem diversos conteúdos

diários que te ajudam a lidar melhor com seu dinheiro.

Tem dúvidas sobre ações, fundos e outros investimentos da Bolsa? Envie sua pergunta para uoleconomiafinancas@uol.com.br .

Site: <http://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2023/09/11/fundos-fechados-taxacao-grandes-fortunas.htm>

Montadoras em guerra: incentivo do governo racha associação de fabricantes

Paula Gama *Colunista do UOL* 11/09/2023 04h00

Um detalhe na **reforma tributária** - que poderia prorrogar os incentivos fiscais para fabricantes de veículos no Norte, Nordeste e Centro Oeste - causou um verdadeiro racha entre as principais montadoras do país. De um lado está o grupo Stellantis, protagonizado pela Fiat, que tem 32,12% do mercado brasileiro. De outro, algumas das principais fabricantes de carros no país que, juntas, detêm 48,45% dos emplacamentos de automóveis e comerciais leves em 2023.

A coluna conversou, em condição de anonimato, com representantes de três das quatro montadoras que lideram a investida pelo fim dos benefícios fiscais em 2025. Os executivos confirmam que estão apresentando ao Congresso argumentos contra a renovação, mas que apoiam incentivos temporários para novas fábricas, como a da BYD na Bahia.

"Não somos contra novos investimentos, tanto que apoiamos o incentivo temporário à BYD, que é um novo tipo de investimento, em carros elétricos. Agora, incentivos antigos, que já foram amortizados, usados só para remeter lucro para a matriz, que fica na Itália, não fazem mais sentido", argumentou.

Uma reclamação forte entre as montadoras contrárias ao programa é de que uma decisão do STJ permitiu que a Stellantis usasse o excedente do crédito que recebe no Nordeste em todos os estados brasileiros. Um dos executivos chegou a afirmar que os benefícios geram uma concorrência tão desleal que a renovação deles pode levar a uma drástica redução de investimento no país por parte da marca em que trabalha.

O conflito de interesses entre as montadoras causou um gigantesco mal-estar entre as associadas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), presidida por Márcio de Lima Leite, que também é vice-presidente Jurídico, Tributário e de Relações Institucionais da Stellantis.

De um lado, a Anfavea afirma que não se posiciona - e nunca se posicionou - sobre incentivos fiscais regionais, uma vez que cada montadora tem seu interesse. Do outro lado, os fabricantes do Sul e Sudeste argumentam que o fato de o presidente ter

uma opinião pessoal clara - por ser executivo da Stellantis - causa no governo uma impressão de que a posição é da indústria como um todo.

"Hoje não nos sentimos representados pela Anfavea. A Associação está nos conselhos mais importantes do governo e tem usado esses benefícios para articular os pontos da Stellantis. A narrativa está tomando ares mais palatáveis por conta dessa representação", disse um dos executivos entrevistados pela coluna.

UOL Carros também entrevistou o presidente da associação. Márcio de Lima Leite afirma que a Anfavea se posiciona 100% a favor da **Reforma Tributária**, mas que os incentivos regionais não são um consenso dentro da associação, que, em 65 anos, nunca se posicionou sobre o tema.

"A Anfavea não pode privilegiar nenhum estado, defendemos o setor e a produção no Brasil. Onde vai ser alocado o investimento, é decisão da montadora", disse o presidente da entidade.

Ele também pontua que, entre as regras da associação, válidas para o presidente e os 31 vice-presidentes, está pontuado que nenhum representante da Anfavea pode falar em nome de suas empresas ou defender qualquer assunto não acordado em reuniões de diretoria durante as agendas da associação.

"Além disso, as reuniões sempre têm presença do diretor executivo ou do diretor de assuntos regionais, não há reuniões exclusivas do presidente com o governo", se posiciona.

Leite também pontua que a regra não impede que, fora das atividades da associação, o executivo defenda o ponto de vista da empresa que trabalha. Alguns executivos defendam que, a partir da próxima gestão, a Anfavea passe a ter uma governança profissional, sem ligação com nenhuma montadora.

O clima começou a esquentar em julho, quando a **reforma tributária** foi aprovada na Câmara dos Deputados. Na época, foi posto às pressas no texto da PEC um dispositivo que prorrogava os benefícios fiscais para fabricantes de veículos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste - com fim previsto para 2025 - até dezembro de 2032.

Os deputados rejeitaram o aditivo, mas em novembro será votado novamente pelo Senado Federal. Dessa vez, a proposta conta com apoio do presidente Lula - que quer sacramentar a instalação da BYD na Bahia - e lobby da Stellantis, principal beneficiada pelo programa.

As Políticas Automotivas de Desenvolvimento Nacional (PADR) foram criadas no fim da década de 1990 - com validade até 2010 - para incentivar, temporariamente, o desenvolvimento da indústria automotiva no país. A ideia era fomentar as regiões menos desenvolvidas - Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os benefícios já foram renovados duas vezes: até 2020 e, posteriormente, até 2025.

Trata-se de créditos presumidos do IPI e PIS/Cofins, cuja maior beneficiada é a Stellantis, com sua fábrica em Pernambuco, e, em menor proporção, desde 2020, Caoa Chery e HPE/Mitsubishi, ambas de Goiás. A medida, na prática, torna os veículos fabricados nessas regiões mais competitivos devido ao custo de produção menor em relação aos fabricados no Sul e Sudeste.

Fernando Brandariz, advogado especializado em direito empresarial, explica que, por enquanto, nada está definido, pois o texto da **Reforma Tributária** ainda vai ao Senado, que pode optar por manter a decisão da Câmara ou voltar com os benefícios.

Ele explica que o maior argumento dos legisladores que são contra a manutenção dos benefícios é a ideia de por fim à guerra fiscal entre os estados. "Acontece muito de uma empresa ou indústria sair de um estado e ir para outro que oferece incentivos vantajosos, uma verdadeira guerra fiscal. Muitos querem uma alíquota geral para evitar essa briga."

Em março deste ano, uma auditoria do Tribunal de Contas da União concluiu que a maturidade de políticas públicas das Políticas Automotivas de Desenvolvimento Nacional apresenta deficiências em aspectos estruturantes, como uma formulação sem objetivos concretos, metas, indicadores e prazos.

Na análise de resultados, o TCU afirma que verificou que, embora as PADR custem mais de R\$ 5 bilhões por ano para os pagadores de **impostos** e já tenham consumido mais de R\$ 50 bilhões desde 2010, entregam pouco de desenvolvimento regional aos territórios beneficiados. Quando comparados aos locais que não receberam os benefícios das PADR, as regiões beneficiadas não apresentaram perfil superior de desenvolvimento econômico.

Um dos pontos críticos é que as empresas não promoveram a aglomeração industrial ao redor das

fábricas beneficiárias da política, e ainda adquirem a maior parte de seus insumos de fornecedores das regiões Sul e Sudeste.

"Como resultado, é elevado o custo de renúncia de receitas, de cerca de R\$ 34 mil mensais por emprego gerado, considerando o caso da instalação da fábrica instalada em Pernambuco como referência", disse o TCU à época.

Para o ministro-relator do processo, Antonio Anastasia, as políticas de incentivo são fundamentais para o país, mas devem ser avaliadas.

"Nós todos reconhecemos a importância de uma política pública efetiva de desenvolvimento regional para diminuir as desigualdades. Todavia, essas políticas públicas que se consolidam e se alicerçam em incentivos tributários necessitam ser avaliadas. Essa, em especial, uma política automotiva de desenvolvimento [que] demonstrou as suas fragilidades. De fato, uma despesa muito grande para resultados pequenos pelos valores alocados", destacou o ministro durante a sessão plenária.

Site: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2023/09/11/insatisfeitas-com-a-stellantis-marcas-divergem-sobre-reforma-tributaria.htm>

Folha de pagamento de igrejas, partidos e sindicatos poderão ter alívio com Reforma Tributária

A **Reforma Tributária** poderá acabar com a cobrança de PIS/Pasep sobre a folha de pagamento de igrejas, entidades sem fins lucrativos, partidos políticos, sindicatos e condomínios de imóveis residenciais ou comerciais. Também estão na seleta lista serviços sociais, conselhos profissionais, fundações públicas e privadas e organizações de cooperativas. Isso porque a alíquota sobre a folha de pagamento é de 1% nesses casos. Em geral, os demais contribuintes pagam o PIS sobre faturamento com alíquotas de 0,65% no sistema cumulativo ou 1,65% para quem tem direito a crédito.

Segundo o texto que está em tramitação no Senado, a **Reforma Tributária** acaba com cinco **tributos**, entre os quais o PIS, cuja arrecadação é destinada ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, para custeio do seguro-desemprego e do abono salarial e para financiamento de programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esse tributo federal será transformado, com a Cofins, na CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que terá parte dos recursos destinados ao FAT e será cobrada nas vendas de bens e prestação de serviços. A extinção do PIS está prevista para 2027.

Segundo Daniel de Paula, especialista tributário do IOB, tais entidades não contribuirão mais com o 1% sobre a folha, segundo o texto da PEC 45 aprovado na Câmara e que está agora em análise no Senado. "É preciso aguardar para avaliar se esse tema agora será tratado pelo Senado. Se não houver nenhuma exceção, o entendimento é que tais entidades não contribuirão mais com 1% sobre a folha", disse. Segundo o IOB, a reforma não prevê o fim do Pasep de 1% sobre receitas governamentais das pessoas jurídicas de direito público. Entre elas estão União, estados, municípios, autarquias e associações públicas.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/11-09-2023-edicao24656/>

Reforma Tributária fala em "meio ambiente", mas desonera agrotóxico

Eduardo Cucolo

A proposta de **Reforma Tributária** que tramita no Congresso cita quatro vezes a expressão "meio ambiente", colocado como princípio para concessão de incentivos e elaboração de políticas tributárias, mas sem que haja uma obrigação de que tal orientação seja observada.

Por outro lado, produtos que podem ser considerados prejudiciais ao ambiente, como agrotóxicos, estão entre aqueles que podem ter uma tributação reduzida em pelo menos 60%.

Por causa de uma mudança de última hora feita na proposta no dia da votação na Câmara, esses insumos também devem ficar protegidos do Imposto Seletivo, que tem como objetivo justamente tributar a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao ambiente.

O mesmo pode acontecer com alimentos ultraprocessados.

No estudo em que calculou qual seria a alíquota dos novos **tributos** sobre o consumo criados pela reforma, o Ministério da Fazenda considerou um Imposto Seletivo que incida somente sobre fumo e bebidas alcoólicas. O cálculo mais conservador sobre essa arrecadação teve como justificativa as incertezas sobre qual será o alcance desse novo tributo.

Uma vez aprovadas as mudanças na Constituição em discussão neste momento, caberá ao governo propor ao Congresso uma lista com produtos duplamente beneficiados. Entre eles, itens enquadrados como "insumos agropecuários e aquícolas e alimentos destinados ao consumo humano".

Pesquisa Datafolha encomendada pela ACT Promoção da Saúde mostrou que 94% dos brasileiros apoiam o aumento de **impostos** para produtos nocivos à saúde e ao ambiente. O apoio é de 64% quando se trata de agrotóxicos e 36% em relação a combustíveis fósseis.

"É difícil pensar em um Imposto Seletivo sobre produtos com externalidades negativas para o ambiente e para a saúde sem ter, no âmbito desse novo imposto, os agrotóxicos. Isso está claramente

fora dessa redação que foi deixada já na Constituição", afirma Jefferson Nascimento, coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil.

Nascimento diz discordar da justificativa de que é necessário isentar todos os insumos agrícolas para garantir alimentos desonerados e defende um debate sobre cada um desses produtos dentro da ideia de uma **reforma tributária** verde.

"Não se esperou nem para ter esse debate no âmbito da lei complementar. Já colocaram lá na Constituição e fecharam as portas para essa discussão."

Virgínia Pillekamp, sócia da área de **Tributos** da EY, afirma que os dispositivos da reforma que tratam do Imposto Seletivo geram dúvidas de interpretação e conflitos que podem resultar em contestações mais à frente.

"Se defensivos agropecuários forem excepcionados [do benefícios fiscal], a gente vai ver essa discussão lá no futuro, se a lei complementar teria competência para fazer esse tipo de exclusão", afirma Pillekamp.

A tributarista afirma que a PEC prevê que o seletivo poderá incidir sobre derivados de petróleo, combustíveis e minerais, mas também sobre energia elétrica, sem prever exceção para fontes renováveis, e serviços de telecomunicações, que não se enquadram no conceito de prejudiciais à saúde e ao ambiente.

"§ 1º Lei complementar definirá as operações com bens ou serviços sobre as quais as alíquotas dos **tributos** de que trata o caput serão reduzidas em 60%, referentes a:

(...) VII - insumos agropecuários e aquícolas, alimentos destinados ao consumo humano e produtos de higiene pessoal."

"O imposto [seletivo] (...) não incidirá sobre os bens ou serviços cujas alíquotas sejam reduzidas nos termos do § 1º".

Fonte: PEC 45/2019

Renata Elaine Ricetti, coordenadora de pós-graduação da Escola Paulista de Direito, diz que a redação da reforma nesse ponto (artigo 9º) se tornou confusa.

"Colocaram a hipótese de o Imposto Seletivo tributar esses consumos nocivos à saúde, mas também colocaram que não pode tributar alimentos destinados ao consumo humano. Então como que a gente vai tributar bebidas açucaradas e alimentos processados? Está tudo bem confuso", afirma.

Ralph Melles Sticca, coordenador do curso de direito da Harven Agribusiness School e especialista em direito tributário, afirma que é necessário afastar a tributação do seletivo sobre os bens e serviços que terão alíquotas reduzidas dos demais **tributos**, para que essa desoneração seja efetiva.

Ele diz não ver problemas na redação do artigo e avalia que alguns alimentos poderiam ter alíquota sem redução e ainda uma tributação adicional. "Se você decidir que alguns alimentos não terão redução de alíquota, outros, como ultraprocessados e refrigerantes, poderiam ficar sujeitos à aplicação do Imposto Seletivo."

Em relação à proteção ao ambiente como princípios do sistema tributário e da concessão dos incentivos regionais, a Oxfam Brasil avalia a indicação como positiva, mas diz que é necessário tratar da questão de forma mais detalhada na regulamentação da reforma.

Esses pontos foram incluídos no texto por sugestão da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que fez parte do grupo de trabalho que analisou a reforma na Câmara.

A Oxfam Brasil e mais de 70 organizações da sociedade civil divulgaram em março o Manifesto pela **Reforma Tributária 3S** : Saudável, Solidária e Sustentável. Na avaliação da entidade, o texto atual da proposta não atende totalmente a esses critérios.

Fonte: PEC 45/2019

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/reforma-tributaria-fala-em-meio-ambiente-mas-desonera-agrotoxico.shtml>

Projeto sobre ICMS de combustíveis na Câmara é retrocesso, dizem distribuidoras

Por Fábio Couto, Valor - Rio

A Brasilcom, que representa distribuidoras regionais de combustíveis, classifica o projeto de lei complementar (PLP) 136/2023 como retrocesso ao não garantir a uniformidade das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em âmbito nacional na comercialização desses insumos.

Segundo a entidade, o projeto volta a vincular o ICMS ao preço dos combustíveis, o que abre perspectiva de aumentos quinzenais do imposto, antes da edição da lei complementar 192/2022.

Além disso, afirma a Brasilcom, a aprovação do PLP 136 viola a segurança jurídica, uma vez que as empresas do setor já se adaptaram à nova sistemática.

"O sistema monofásico para cobrança do ICMS é uma evolução tamanha que está prevista até mesmo no texto da **Reforma Tributária**", disse a Brasilcom, em **comunicado**.

O PLP 136/2023, de autoria do Poder Executivo, trata da reposição de perdas causadas aos Estados com as mudanças da incidência do ICMS sobre os preços dos combustíveis, estabelecidas pela lei complementar no ano passado.

Nesta semana, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou urgência na tramitação do tema. Porém, um dos artigos do PLP 136 revoga a estrutura monofásica "ad rem".

O que está em jogo no PLP 136/2023

Definido pela lei complementar 192/2022, o sistema de monofasia estabeleceu a incidência do ICMS uma única vez sobre produtores ou importadores, na modalidade "ad rem", ou seja, por valor fixo por litro.

A alíquota "ad rem" incide sobre o etanol anidro, sem adição de água, desde junho. Sobre diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP, o gás de cozinha), a alíquota vigora desde maio.

Já a lei complementar 194/2022 estabelece que a União terá que compensar Estados e o Distrito Federal

com as perdas causadas pela redução de arrecadação de ICMS, ao fixar teto de 18% para cobrança de ICMS sobre os combustíveis, energia elétrica, comunicações e transportes coletivos, enquadrando-os como produtos essenciais.

As duas leis complementares foram editadas pelo governo de Jair Bolsonaro, como uma das respostas à escalada de preços do petróleo e derivados no mercado internacional, a partir da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O objetivo era de tentar evitar impactos de altas cotações sobre os preços internos dos combustíveis, especialmente em um ano de eleições.

Em março de 2023, União, Estados e o STF firmaram acordo a fim de encerrar discussões judiciais sobre a compensação das perdas de arrecadação com a mudança nas regras estabelecidas para o ICMS. O total a ser destinado pela União para compensação é de R\$ 27,01 bilhões, a serem pagos nos anos de 2023, 2024 e 2025.

No PLP 136/2023, o governo estabelece as regras para a compensação dos valores para cada um dos Estados e para o Distrito Federal até 2025. Em linhas gerais, o PLP 136 estabelece, ao valor atribuído a cada Estado e ao DF, dedução de eventuais prestações de dívidas com a União.

O relator do PLP na Câmara é o deputado Zeca Dirceu (PT-SP). O plenário aprovou a urgência na tramitação do projeto, atendendo a um requerimento do deputado José Guimarães (PT-CE), o que poderia representar uma injeção imediata de recursos para Estados.

Isso porque unidades federativas que não possuam contratos de dívida com a Fazenda Nacional receberão os valores por meio de transferência direta da União.

O artigo 13 do PLP propõe revogar a estrutura "ad rem", retornando com a cobrança proporcional ao preço, o chamado "ad valorem".

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/09/09/projeto-sobre-icms-de-combustiveis-na-camara-e-retrocesso-dizem-distribuidoras.ghtml>

Brasil pode ganhar US\$ 8 bilhões em novas exportações, diz estudo

**LUIZ GUILHERME GERBELLI LUCIANA DYNIEWICZ
CLEIDE SILVA**

Um estudo da consultoria Roland Berger - com base em números do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - estima que a atração de empresas para o Brasil por meio do "nearshoring" pode adicionar US\$ 8 bilhões ao ano em exportação. É um número importante, mas bem menor do que os recursos esperados para o México, da ordem de US\$ 35,2 bilhões anuais.

"O Brasil tem um posicionamento geográfico estratégico.

Pode atender o resto da América Latina, o sul da África e o norte da Europa", afirma Cristiano Doria, sócio diretor de indústria da Roland Berger. "O México não tem uma matriz energética tão limpa quanto a brasileira, mas tem a vantagem inegável da proximidade com os EUA." De acordo com o estudo, o Brasil tem um potencial maior no setor automotivo. Se o País conseguir substituir 30% do que compra da China em autopeças, por exemplo, seria possível agregar US\$ 1 bilhão à cadeia do setor. "Num primeiro momento, as empresas (que vêm para o País) importam, mas, depois, começam a localizar a produção", diz Doria.

CORRIDA. Com projetos definidos de produção local de veículos híbridos e elétricos, quatro montadoras da China já se instalaram no País nos últimos dois anos. Os investimentos confirmados somam mais de R\$ 13 bilhões, mas podem passar de R\$ 20 bilhões no médio prazo. Fornecedores de componentes também podem chegar ao País nos próximos anos.

A visão do governo chinês é de que companhias locais devem expandir seus negócios para gerar riquezas em outras partes do mundo, "do contrário, não vai ter quem compre seus produtos", diz Ricardo Bastos, diretor de relações institucionais da GWM.

O grupo GWM comprou a fábrica da Mercedes-Benz em Itacemópolis (SP), e deve iniciar produção dos seus modelos em maio do próximo ano.

O aporte total será de R\$ 10 bilhões até 2026 para fazer veículos híbridos, híbridos plugin e, futuramente, elétricos.

Segundo Bastos, a expansão dos negócios chineses deve ocorrer em países considerados estratégicos para a China, como a África do Sul e o Brasil - que é base exportadora para os demais mercados da região, inclusive o México, com os quais tem acordos comerciais.

O Brics - grupo que hoje reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - já é um elo que fortalece essa estratégia.

Além disso, afirma Bastos, os chineses têm interesse nos minerais usados na produção de baterias, e o Brasil é grande produtor de alguns deles, como o lítio. Outra vantagem é a possibilidade de exportar para os EUA, já que a guerra comercial entre EUA e China não permite essa relação, e para a Europa, onde o produto chinês tem pouca entrada. "Vão vir muito mais empresas para o Brasil, não só montadoras", prevê o executivo.

INCENTIVOS. A BYD, maior fabricante de carros elétricos do mundo, já anunciou aportes de R\$ 3 bilhões no País para produzir carros, caminhões e chassis de ônibus elétricos, além de uma unidade para processamento de lítio. O grupo deve ficar com a fábrica da Ford, em Camaçari (BA).

Os aportes podem ser ampliados dependendo da prorrogação ou não do programa automotivo de incentivos a empresas no Nordeste, que será votado no Senado como parte do projeto de **reforma tributária**. Outra chinesa que iniciará a montagem de ônibus no País em 2024, em Fortaleza (CE), é a Higer Bus.

Já o grupo XCMG, também chinesa, pretende produzir caminhões elétricos rodoviários em Pouso Alegre (MG) a partir de 2025. O investimento ainda não foi divulgado.

Energia limpa Muitas marcas de veículos da China têm chegado ao País com foco na produção de modelos elétricos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Reindustrializar o País precisa ser uma prioridade do governo"

Hugo CILO

No comando da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o empresário e executivo José Velloso tem observado com atenção os primeiros movimentos econômicos do governo Lula III, as articulações do Ministério de Fazenda sob a gestão de Fernando Haddad e o comportamento do Banco Central na gestão dos juros e da **inflação**. Sua avaliação é que, na parte do governo, o cenário é melhor do que o mercado pintava no ano passado, e o BC tem praticado política ao resistir à queda dos juros. Em entrevista à DINHEIRO, Velloso explica os desafios e contradições da economia brasileira.

DINHEIRO - O Brasil está perdendo indústria ou a indústria está dividindo espaço com outros setores, como o de serviços?

JOSÉ VELLOSO - Os dois. Há três ou quatro décadas, o Brasil tinha a indústria que era perto de 35 % do **PIB**. Hoje é 20%. Mas se a gente olhar aquela que mais importa, a indústria manufatureira, a indústria de transformação, tirando construção civil, produção mineral e produção de petróleo, essas coisas, somos 11% do **PIB**. Já fomos 20%.

Mas a indústria ter uma fatia menor no **PIB** não é uma notícia ruim, já que outros setores cresceram proporcionalmente. O problema é que o Brasil tem vivido um processo precoce de desindustrialização. Chamo precoce porque os países desenvolvidos realmente tiveram uma diminuição da indústria no **PIB** ao longo do tempo, mas alguns estão agora querendo reverter essa situação. Os países desenvolvidos normalmente têm a diminuição da indústria no **PIB** porque quando um país chega num certo nível de renda per capita, e a população tem mais dinheiro para consumir, os consumidores começam a adquirir mais serviços, principalmente serviços de valor agregado. Menos bens. Mas o Brasil não teve nenhum aumento de renda per capita. Faz 40 anos que está andando de lado. Teve desindustrialização sem ganho de serviços de valor agregado. O Brasil não tem serviço. Ou é o Estado, ou é cabeleireiro, manicure, lava-rápido, essas coisas. O grande consumo de serviços que a população tem, que é educação e saúde, que todo mundo tem, a grande maioria da população tem de graça do Estado, com o SUS e com a escola pública.

Então o Brasil deveria também melhorar o nível dos serviços?

Com certeza. Vou dar um exemplo sobre essa questão da indústria e dos serviços. Imagine um país que só 50% da população possui geladeira. Então, o cara quer ter renda para comprar uma geladeira, é um bem industrial. Agora, num país como os Estados Unidos, em que todo mundo tem geladeira, eu não vou comprar a segunda, terceira, quarta geladeira. Vou fazer turismo, vou comprar streaming, comprar plano de saúde melhor, advogado. É o que acontece, conforme aumenta a renda per capita, inverte na economia daquele país mais serviços de valor agregado do que indústria. O Brasil não teve ganhos de renda, perdeu a indústria. Esse processo vem ocorrendo há muito tempo, há muitas décadas. Por isso, na minha avaliação, reindustrializar o País precisa ser uma prioridade do governo.

"A Constituição de 1988 é muito ruim. Introduziu um monte de obrigações para a indústria e fez com que o Brasil tivesse uma carga tributária muito alta"

Qual é a causa?

Principalmente o Custo-Brasil. São as mazelas da Constituição de 1988, que é muito ruim. Introduziu um monte de obrigações para a indústria e fez com que o Brasil tivesse uma carga tributária muito alta. O custo de capital, a questão tributária, a questão dos encargos trabalhistas. Prejudica o trabalhador da indústria. O empresário gasta R\$ 180. O salário é R\$ 100. Mas o empregado leva R\$ 60 para casa. Então, mesmo com as recentes reformas trabalhista e tributária, ainda precisamos combater esses índices.

Os juros altos também alimentam esses custos?

Sim. Isso é algo conjuntural, não estrutural. A política apertada do Banco Central (BC) nos últimos meses é exagerada. A **inflação** realmente precisa ser combatida, mas a trajetória de **inflação** no Brasil é descendente. Está descendo a rampa. Nos últimos meses tivemos deflação. Chegamos perto ao centro da meta. Por isso, é hora de flexibilizar a política monetária. O corte da Selic deveria ter começado meses atrás.

Por que a Selic não caiu mais?

Tem um componente político. Não sou de esquerda ou de direita. Não sou verde, azul ou vermelho. Não é isso. Mas vejo que depois dos ataques do governo ao Banco Central a questão da queda dos juros virou picuinha.

Picuinha de quem?

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, embora seja uma pessoa que o mercado o qualifique bem, acho que ele faz algumas coisas estranhas. Em 2021, por exemplo, quando tivemos uma taxa de juros negativa no Brasil, tínhamos uma taxa de juros abaixo da **inflação**. Na época, achamos estranho. Agora, é o contrário. Não que ele [Campos Neto] tenha errado em combater a **inflação** e elevado a taxa de juros. O problema é o tempo que ficou [aplicando] o remédio. Então, a dose do remédio está errada. Já deveria ter diminuído a dose.

A dose e o tempo?

Não tem como não criticar a duração dessa taxa de juros. Pelo menos metade das pessoas que ali estão no Comitê de Política Monetária, o Copom, são funcionários de carreira. Mas tem uma parte que não é. A gente sabe que são pessoas oriundas do mercado financeiro. A gente sabe também que quando saírem do Banco Central, eles vão para o mercado financeiro. Eu não conheço nenhum deles pessoalmente, mas por que eu me atrevo a fazer essa suposição? É uma suposição, uma especulação. No ano passado, todos que saíram do Banco Central e também do Ministério da Economia ou da Fazenda, foram para o mercado financeiro. Os que eram do último governo estão todos no mercado financeiro. A equipe do Henrique Meirelles está toda no mercado financeiro. A equipe do governo **Temer** está toda no mercado financeiro. O Paulo Guedes está no mercado. O mercado é livre. As empresas contratam quem quiser. Mas faço essa provocação porque nunca vi alguém sair do Banco Central e trabalhar na indústria. Vai trabalhar em banco, em financeira, em fintech, em boutique de investimentos. E ganham muito bem com a ajuda dos juros altos.

Como resolver isso?

Deveria existir uma quarentena. Quem trabalhar em uma área econômica, no Ministério da Fazenda, do Planejamento, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, no BNDES, ou seja, quem passa pela área econômica deveria ter uma quarentena de uns cinco anos. Aí eu queria ver se todos iam votar pela manutenção da Selic no patamar que está. Sabemos que há um interesse em ganhar com renda.

Isso é ruim?

Para quem investe, não. Minha mãe tem 93 anos e tudo que ela tem está aplicado. Ela teve um ganho nos últimos 12 meses, o triplo da **inflação**. Os juros altos são bons para o mercado financeiro. Então, a Selic do jeito que está promove transferência de renda. Tira do setor produtivo e transfere para quem vive de renda. O Banco Central é autônomo, é verdade, mas os diretores do BC são todos da mesma cepa. Todos pensam igual, todos vêm da mesma origem e vão para o mesmo destino.

Mas não é positivo o cenário de trajetória de queda da Selic?

É positivo, mas precisa cair mais. O Brasil é um país que é tão disfuncional que hoje os juros para a pessoa física estão em torno de 300%. Os juros para a pessoa jurídica estão em torno de 30% a 40%. Isso mexe com toda a economia. Mexe com o câmbio. Mexe com as expectativas. O próprio mercado financeiro estava prevendo dólar a R\$ 5,20 algumas semanas atrás. A cotação chegou a R\$ 4,70. Agora falam em R\$ 5. Ninguém sabe mais.

Essa oscilação tem fatores políticos?

Sem dúvida. A articulação do presidente Lula estava uma tragédia no começo do governo. Depois ele conseguiu se arrumar com o Centrão. Ou seja, na questão política houve uma conjuntura favorável, que se somou aos recordes do agronegócio. O mercado não previa isso no final do ano passado.

O dólar, na sua visão, está barato ou caro?

É difícil saber. Acho que está caro porque a cotação está abaixo do que o mercado previa. Mas a volatilidade é o que mais atrapalha. Sou um defensor do câmbio livre. O problema é que o câmbio do Brasil não é livre. O Banco Central deveria agir em um ambiente livre de política, com uma atuação bem calibrada com a realidade da economia.

Isso não vai condenar o Brasil a ser um mero fornecedor de matérias-primas?

Vai não, já é. Vinte anos atrás, produtos manufaturados eram mais de 70% das nossas exportações. Hoje, são cerca de 40%. Um navio que sai do Brasil carrega dentro dele muito menos mão de obra, muito menos **impostos**, muito menos riqueza e muito menos salários. Sai cheio de minério de ferro, e importa placas de aço. Embarca celulose, importa papel. Na hora de agregar valor, não tem como competir. A indústria sem tecnologia era 25% da

produção brasileira. Hoje é 35%. A primarização da indústria leva a uma perda de densidade tecnológica.

"A taxa de juros do jeito que está promove transferência de renda. Tira do setor produtivo e transfere para quem vive de renda"

Por que o mesmo mercado, que gosta de Campos Neto, hoje aplaude Fernando Haddad e os dois têm ideias opostas sobre o papel da política monetária?

Por motivos diferentes. O Campos Neto é um cara que veio do mercado financeiro. Ele trabalhava num banco importante. Era uma pessoa conhecida no mercado financeiro, respeitada, e assumiu o Banco Central, e lá no Banco Central ele tem uma política bastante conservadora. Os bancos gostam disso. Esse é o motivo dessa aproximação do Roberto Campos com os bancos. A questão do Haddad é um pouco diferente. Acontece que o Haddad tem mostrado responsabilidade nas suas ações. O Arcabouço Fiscal apresentado, apesar de algumas críticas, foi muito bom. É aquela velha frase: a carga se ajeita na carroça conforme ela vai andando.

A carga está ajeitada?

O mercado percebeu que, com o apoio do Congresso Nacional, as coisas foram se assentando para o governo. Prova disso é que depois da aprovação da reforma e do Arcabouço, a bolsa subiu e o dólar caiu. O mercado tem gostado do ministro da Fazenda. O Haddad demonstra que está buscando o superávit primário, com responsabilidade fiscal. Haddad demonstra bastante responsabilidade e um respeito pelo orçamento da União. O medo de antes, passou. Para atrair investimentos, é preciso ter instituições sólidas e regras do jogo bem conhecidas. Se houver isso, com taxa de juros ajustada e, conseqüentemente, um câmbio ajustado, a economia volta a crescer.

'Depois de Piketty' aponta lacunas, mas é um elogio à relevância do economista

Oscar Pilagallo

Jornalista, é autor de 'História da Imprensa Paulista' (ed. Três Estrelas) e 'O Girassol que nos Tinge - Uma História das Diretas Já, o Maior Movimento Popular do Brasil' (Fósforo)

"Depois de Piketty" é um elogio, ainda que pelo avesso, a "O Capital no Século 21", livro que, há dez anos, catapultou seu autor, o jovem e desconhecido francês Thomas Piketty, à posição de celebridade mundial, condição rara para um economista.

O livro recém-lançado é composto por artigos de duas dúzias de economistas que, reconhecendo méritos na obra, se debruçam sobre suas lacunas, apontam deficiências de pesquisa e oferecem contrapontos. As eventuais reverências vêm acompanhadas de ressalvas.

Trata-se de elogio na medida em que, para um intelectual, nada é mais recompensador do que testemunhar a relevância e a atualidade de suas ideias, o que os autores julgam ser o caso, ou elas nem mereceriam sua atenção.

A tese original de Piketty, estruturada com apoio de pesquisa histórica focada nos países ocidentais mais industrializados, é que se caminha para uma desigualdade social cada vez maior, uma vez que o rendimento do capital -na forma de lucros, dividendos, aluguéis, aplicações financeiras- tem sido maior do que o crescimento da economia, processo que provoca maior concentração da riqueza.

Para ele, mantida essa tendência, a situação irá desaguar no maior acúmulo de fortunas em detrimento do bem-estar da maioria, com a mesma intensidade observada durante a Belle Époque, nas décadas da virada para o século 20, quando o capitalismo operava sem freios.

Mais tarde, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a desigualdade cedeu por um hiato de 30 anos, até que crises econômicas sucessivas voltaram a acentuar a concentração da renda.

Não há consenso em relação à sinistra projeção do estudioso. Economistas de corte liberal, mais otimistas, acreditam que o livre mercado é

autocorretivo e dispõe de mecanismos que, a médio prazo, conduzem as diversas camadas sociais a rotas convergentes, o que tenderia a diminuir a desigualdade.

Pura ilusão, rebate Piketty. Para o francês, a desigualdade só pode ser combatida por meio de uma política tributária progressiva, em que os que têm mais renda e bens paguem proporcionalmente mais **impostos**.

O economista afirma que esse imposto progressivo sobre o capital teria impacto social comparável "a uma reforma agrária permanente" e contribuiria para "a reapropriação democrática do capitalismo", como escreve no capítulo em que responde às críticas de seus pares.

A proposta inclui um imposto substancial sobre heranças, de maneira a evitar a predominância de um capitalismo patrimonial, resistente à destruição criativa que acelera o crescimento da economia.

Para contornar a possibilidade de que bilionários recorressem a paraísos fiscais, Piketty sugere a criação de uma taxa global, mesmo admitindo que um esquema tributário que ignorasse fronteiras não seria factível no horizonte atual.

Com mais de 2 milhões de livros vendidos em três dezenas de idiomas, o autor best-seller costuma ser atacado pelos dois polos do espectro ideológico.

Os liberais, que obtêm mais ressonância na mídia tradicional, fazem restrições ao intervencionismo do Estado que ele defende para moderar os excessos do capitalismo.

À esquerda, é tachado de reformista por enfatizar a desigualdade como resultado da má distribuição da renda, e não decorrente do próprio sistema de produção capitalista, de acordo com a análise marxista.

Em "Depois de Piketty", no entanto, a maioria das críticas, mais do que confrontar o cerne do seu pensamento, visa aspectos não aprofundados na pesquisa em xeque.

A historiadora Daina Ramey Berry faz reparos à

abrangência do estudo do francês, ao notar que ele não considerou a riqueza gerada pelos escravos. Em outro artigo, o economista Christoph Lakner, do Banco Mundial, desaprova o fato de Piketty não ter contemplado também a desigualdade entre países, que estaria diminuindo desde o início deste século.

Para citar mais um exemplo, Eric Nielsen, especialista em capital humano, chama a atenção para a importância da educação na mobilidade social, aspecto que teria escapado a Piketty.

Em sua resposta, o francês concorda: "Políticas fortemente igualitárias, no nível da educação infantil, são parte da solução, provavelmente em conjunto com [...] políticas de ação afirmativa nos sistemas de admissão ao ensino superior". E vai além ao desancar "a hipocrisia escancarada dos discursos meritocráticos contemporâneos".

Ao contrário de "O Capital no Século 21", que tem uma camada acessível a leigos, "Depois de Piketty" é dirigido a economistas. O livro também ignora o Brasil, por insuficiência de dados sobre distribuição da riqueza.

Sua leitura, de qualquer maneira, pode contribuir para o debate que se avizinha, sobre a segunda fase da **reforma tributária** do governo Lula, quando a progressividade tributária estará na mira da proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ser levada ao Congresso.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/depois-de-piketty-aponta-lacunas-mas-e-um-elogio-a-relevancia-do-economista.shtml>

Crise fiscal nos municípios, de novo

Marcos Mendes

Os municípios estão, de novo, clamando por ajuda financeira do Governo Federal. Organizou-se até uma inusitada "greve de prefeitos" para intensificar a pressão política.

A explicação simples, e errada, para essas crises fiscais recorrentes é de que a União concentra a receita tributária e deixa os municípios de pires na mão. Em uma das minhas primeiras colunas neste espaço mostrei que o argumento não se sustenta: a federação brasileira é uma das que mais descentraliza receitas no mundo. Nos anos 1990, quando as transferências federais aos municípios eram menores que hoje, Anwar Shah já escrevia que "os municípios brasileiros são motivo de inveja para governos locais dos países em desenvolvimento e desenvolvidos". Não é por falta de receita.

A causa real tem vários fatores. O primeiro deles é que grupos de interesse conseguem aprovar no Congresso medidas que prejudicam as contas municipais. Pisos salariais para diversas categorias e aumentos reais do salário mínimo pesam na folha de pagamentos dos municípios, e os prefeitos pouco podem fazer. Na coluna passada analisei o caso do piso salarial do magistério, que aumentou 53% nos últimos dois anos.

Do lado da receita, decisões do Congresso ou medidas unilaterais do Executivo também afetam as contas municipais, como o corte nas alíquotas de IPI (que compõe o Fundo de Participação dos Municípios - FPM) e a imposição de teto às alíquotas de ICMS (imposto partilhado com os municípios), ambos em 2022. Outras perdas de receitas são causadas por benefícios tributários setoriais, que reduzem a arrecadação de **impostos** partilhados com os municípios.

O FPM, composto por receitas federais de Imposto de Renda e IPI, é a principal fonte de financiamento dos municípios, em especial dos pouco populosos. O "dinheiro fácil que vem de Brasília", e não pesa no bolso do eleitor local, estimula as prefeituras a gastarem muito e mal, além de relaxarem na cobrança dos **impostos** locais, como IPTU e ISS.

Ocorre que a receita de FPM é procíclica: quando a arrecadação do Governo Federal cresce muito, como ocorreu em 2021 e 2022, o FPM engorda e o município aumenta suas despesas. Quando a receita cai, como vem ocorrendo em 2023, o FPM também

cai, e o prefeito não consegue pagar as despesas aumentadas nos anos anteriores.

Parte do aumento de despesas nas fases de FPM alto é de responsabilidade dos próprios municípios, que relaxam na execução orçamentária quando o caixa está mais folgado. Mas há outra parte que é de responsabilidade da Constituição: o gasto mínimo obrigatório em saúde e educação sobe quando a receita do município sobe. Daí o prefeito é obrigado a gastar mais, e esse gasto adicional não é reversível quando, mais adiante, a receita cai.

Reagindo a esta realidade, os municípios passam a atuar como mais um grupo de pressão, demandando ajuda financeira junto ao Congresso e ao Executivo Federal. Têm sido bem-sucedidos.

Desde 1997, quatro emendas constitucionais já aumentaram o FPM de 22,5% das receitas de Imposto de Renda e IPI para 25,5%. Mais uma emenda está no forno, para passar para 27%. Isso alivia as contas dos municípios, mas agrava o papel desestabilizador do FPM, acima descrito.

Marchas anuais de prefeitos a Brasília sempre extraem perdões de dívida e dinheiro extra. As transferências totais da União aos municípios cresceram 78% em termos reais entre 2008 e 2022, segundo dados do Tesouro Nacional. O Congresso acaba de aprovar uma redução da contribuição dos municípios ao **INSS**.

O alívio fiscal vem à custa da perpetuação de políticas públicas distorcidas e ineficazes, incentivos à má gestão e crises fiscais recorrentes nos municípios, além de aumento do déficit e da dívida federal.

Seria um ganho para a sociedade se os municípios mudassem de estratégia e, em vez de pedirem socorro, trabalhassem por mudança na indexação do gasto mínimo de saúde e educação, revisão e limitação dos pisos salariais, moderação no aumento do salário mínimo, revogação de benefícios tributários e reforma do FPM. Contudo, essa é uma batalha difícil e de alto custo político para os prefeitos.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-mendes/2023/09/crise-fiscal-nos-municipios-de-novo.shtml>